

# Acção **Socialista**

Nº 1197 - 21 Maio 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail: [accasocialista@ps.pt](mailto:accasocialista@ps.pt)



## 423.595 PESSOAS DESEMPREGADAS EM PORTUGAL!

Mais de 400 mil pessoas estão registadas no Instituto de Emprego como desempregadas.

Nos últimos dois meses, por cada hora que passou, oito portugueses perderam o seu emprego.

A taxa de desemprego registou o maior aumento dos países da União Europeia: seis vezes mais.

20



### EUROPA

Ferro Rodrigues defende uma União de iguais

15

### FELGUEIRAS

PS não pactua com a degradação da vida democrática

3

### ENTREVISTA

Sónia Fertuzinhos: A igualdade também é uma questão dos homens

12

### BREVEMENTE

Realizar-se-á, de 7 a 10 de Junho, na Cidade Universitária de Lisboa, o I Fórum Social Português. O PS estará presente. Participe!

[www.forumsocialportugues.net](http://www.forumsocialportugues.net)

## A CONCELHIA É SUA.

Participe na eleição para os representantes da sua Concelhia.  
Vá a votos!



# UNS QUE DESPREZAM OUTROS QUE PRESTIGIAM A DEMOCRACIA

1. A existência de uma maioria absoluta não representa, em si, nenhum mal. Nós próprios a pedimos, na campanha eleitoral, nós próprios experimentámos, quando do nosso último governo, as dificuldades intrinsecas que a inexistência de maioria parlamentar colocou à plena realização de um programa. A maioria absoluta não implica nenhum perigo para a democracia, sob condição de que seja exercida democraticamente, no respeito pelo que diz a Constituição e manda a ética do comportamento político. Quando essa condição não se verifica, aí sim, a qualidade da democracia fica severamente ameaçada.

Pois é esta a situação que já vivemos, tais são os atropelos que a direita vai fazendo. Um, especialmente intolerável, ocorre esta semana. PSD e PP fizeram aprovar, na comissão parlamentar de Assuntos Sociais, a convocação dos três ministros da Saúde dos governos de António Guterres, a deputada Maria de Belém Roseira e os professores Manuela Arcaño e António Correia de Campos. Para responderem pelas suas responsabilidades políticas, no exercício de mandatos que terminaram, respectivamente, em Outubro de 1999, Julho de 2001 e Abril de 2002. O pretexto são os resultados de uma auditoria financeira do Tribunal de Contas, que o Tribunal encaminhou, como é normal, à Assembleia da República e ao Ministério Público. Os visados disponibilizaram-se imediatamente para irem ao Parlamento, atitude que muito os honra, e, à hora em que escrevo este editorial, estou certo que prestam todos os esclarecimentos e explicações. Mas isso não retira nem um átomo à extrema gravidade da iniciativa da maioria de direita.

Na verdade, e em primeiro lugar, a responsabilidade política dos governantes extingue-se com a cessação de funções governativas. O PS perdeu as eleições de Março de 2002 e, na sequência do resultado delas, formou-se um novo governo, de coligação entre os dois partidos de direita. Estes mesmos partidos tiveram, como os demais, todas as condições para fazerem oposição, forte como a democracia requer, aos governos socialistas. Não podem agora continuar a agir como se, em vez de governarem, continuassem em oposição a um governo que já não existe. Em segundo lugar, qualquer titular de cargo público permanece naturalmente responsável, para além do fim do seu mandato, por eventuais infracções legais que tenha cometido. Mas essa é uma responsabilidade financeira e criminal, que não compete à maioria parlamentar do momento determinar. Porque é assunto do sistema judicial.

Depois, a Assembleia fiscaliza o governo em funções, não o anterior. A iniciativa política da direita destina-se a erguer cortinas de fumo que possam apagar o descalabro económico e social para que a sua política arrasou o País. A dignidade devida a qualquer pessoa, e, em particular, aqueles que serviram a República, não pode ser sacrificada a esse objectivo de baixa política.

Finalmente, os socialistas devem ter plena consciência de que, ao actuarem assim, os líderes da direita querem é condicionar o nosso comportamento presente e futuro, inibir-nos na capacidade de nos opormos ao seu projecto. E a essa tentativa temos de dizer claramente não: não nos intimidam.

Aquilo a que as tropas do dr. Marques Mendes estão a sujeitar o Parlamento, depois de terem feito abortar a comissão de inquérito sobre as demissões na Polícia Judiciária, depois de terem procurado cobardemente instrumentalizar uma comissão de inquérito para, a pretexto das obras do Metro de Lisboa, atingirem o Secretário-Geral do PS,

depois de terem usado a impunidade parlamentar para protegerem um deputado seu, fugido à Justiça, agora com este "julgamento" ilegítimo e fora de tempo de ex-ministros, aquilo que estão a fazer é envolver as instituições democráticas.

2. Felizmente, não só de más notícias é feita a actualidade política. A forma como a Federação Distrital do Porto e, designadamente, o seu presidente, Francisco Assis, têm sabido conduzir o processo político desencadeado pela vergonhosa fuga da dr.ª Fátima Felgueiras, é exemplar. O que ficou em causa, primeiro com a anómala situação vivida na Câmara Municipal, desde o momento em que foram constituídos arguidos não só a Presidente da Câmara como o seu substituto (além do Presidente da Assembleia Municipal), depois com a obstinada e ilegítima recusa dos eleitos municipais pelo PS de cumprirem a orientação do Partido para a renúncia aos seus cargos e, finalmente, com o impedimento, pela força, da reunião entre o líder distrital e a estrutura local, põem em causa valores, princípios e regras fundamentais da democracia. Por isso, bem fizeram as direcções nacional e distrital ao eliminarem qualquer vinculação política entre o comportamento dos eleitos e o PS e ao desencadear os processos disciplinares pertinentes. Como disse lapidamente Eduardo Ferro Rodrigues, "o PS não quer ter gente que não respeita a democracia".

Os acontecimentos de Felgueiras (como os casos de Águeda ou de Marco de Canaveses) são muito tristes e preocupantes. Todos os partidos, PS incluído, têm responsabilidades nalgum compromisso com o populismo; e devem pensar muito bem na necessidade de saber prevenir e contrariar a tempo as lógicas clientelistas e caciqueiras. Mas o modo como Ferro e Assis reagiram à degradação da democracia em Felgueiras é a melhor demonstração que a renovação do PS está em curso e que há uma diferença de natureza entre o PS que condena a sua aularca que foge à Justiça para o Brasil e o PSD que protege a fuga do seu deputado indiciado em Águeda para a própria bancada da Assembleia da República.

3. Peço à voz límpida de Sophia de Mello Breyner Andersen uma ajuda para dizer não à arbitrariedade e à impunidade. Cito, com a devida vénia à Editorial Caminho, que o reeditou no vol. II da "Obra Poética" (4ª ed., Lisboa, 1999, p. 64), um poema de "Mar Novo", livro de 1958:

## A anémoma dos dias

Aquele que profanou o mar  
E que traiu o arco azul do tempo  
Falou da sua vitória

Disse que tinha ultrapassado a lei  
Falou da sua liberdade  
Falou de si próprio como de um Messias

Porém eu vi no chão suja e calcada  
A transparente anémoma dos dias



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

*Os acontecimentos de Felgueiras (como os casos de Águeda ou de Marco de Canaveses) são muito tristes e preocupantes. Todos os partidos, PS incluído, têm responsabilidades nalgum compromisso com o populismo; e devem pensar muito bem na necessidade de saber prevenir e contrariar a tempo as lógicas clientelistas e caciqueiras.*

## É PRÓ DÉFICE!

ANTOONIO COLAÇO

- VÁ LÁ Ó FREGUÊS, LEVE LÁ UMA MEDALHINHA!  
É P'RA AJUDAR A RESOLVER O DÉFICE!

"Podemos estar a aprofundar a recessão", alerta Miguel Cadilhe  
Cadilhe incapaz face a clima de pessimismo  
Cadilhe reclama investimento estatal  
Miguel Cadilhe volta a questionar estratégia do Governo  
Cadilhe contra obsessão do défice



## CASO FELGUEIRAS

## PROCESSOS DISCIPLINARES EM CURSO

A Federação do PS/Porto deliberou pedir à comissão federal de jurisdição a instauração de processos disciplinares a Fátima Felgueiras, aos membros da Concelhia e aos militantes socialistas da Assembleia Municipal de Felgueiras. Para além desta decisão, tomada na reunião de segunda-feira do Secretariado distrital durante a qual foram ouvidos vários juristas, foi ainda deliberado solicitar aquele órgão jurisdicional a realização de um inquérito para apurar a participação de militantes do PS nas agressões de que Francisco Assis foi alvo na passada sexta-feira.

Tendo em vista a apreciação política, o Secretariado da Federação deliberou solicitar a Narciso Miranda, presidente da Comissão Política Concelhia, uma reunião extraordinária deste órgão. Caso a comissão jurisdicional assim o entenda, a instauração destes processos pode ser acompanhada pela suspensão preventiva da concelhia de Felgueiras, passando o PS a ser representado por uma comissão administrativa nomeada pela Federação.

No final da reunião, o porta-voz do Secretariado distrital, José Luis Carneiro, leu uma declaração política onde explicou as razões do pedido de inquérito a Fátima Felgueiras.

"Deve-se ao comportamento civicamente indigno por esta adoptado perante o sistema judicial e tendo ainda em consideração várias declarações proferidas pela mesma que atentam contra o prestígio e o bom nome das instituições democráticas", afirmou.

Recorde-se que já no sábado o Secretariado do PS/Porto tinha reunido de emergência para analisar os



acontecimentos de Felgueiras. Nesta reunião em que participaram também Paulo Pedrosa, António Costa e José Sócrates, o Secretariado distrital decidiu avançar com uma proposta de expulsão de Fátima Felgueiras, por considerar que a autarca põe em causa "todo o património de valores do PS com os procedimentos que teve nos últimos tempos", conforme referiu o porta-voz da Federação.

"A deliberação será posteriormente encaminhada para o Secretariado Nacional, para depois haver uma deliberação dos órgãos nacionais do partido", explicou José Luis Carneiro.

Na base da decisão está o comportamento da autarca, que fugiu para o Brasil depois de ver decretada a sua prisão preventiva, acusada de corrupção e peculato relativo à gestão autárquica, e estão ainda os últimos acontecimentos ocorridos em Felgueiras, especialmente em virtude da agressão a Francisco Assis.

O que se passou na noite de sexta-feira "não deixa de estar relacionado com a forma como Fátima Felgueiras tem, apesar de tudo, continuado a aparecer publicamente com declarações, dela e do seu advogado, que em muito tem contribuído para exacerbar comportamentos", sublinhou Carneiro.

#### Ferro exige demissão de autarcas

O secretário-geral, Ferro Rodrigues, defendeu na segunda-feira a abertura de um processo disciplinar do partido à ex-presidente da Câmara de Felgueiras e "inlimou" os autarcas socialistas deste município a pedirem a demissão dos seus cargos.

Ferro Rodrigues, que falava antes de presidir a um colóquio promovido pelo Gabinete de Estudos do PS na Assembleia da República, foi particularmente contundente na condenação do comportamento de Fátima

Felgueiras.

"Essa senhora não cumpriu os compromissos em relação ao PS e não cumpre os princípios básicos para ser militante do partido, depois de ter fugido à justiça", disse.

Sobre as agressões de que foi vítima o camarada Francisco Assis, o secretário-geral do PS voltou a condenar os incidentes, advertindo que terão "consequências, não só ao nível político e partidário".

"Os autarcas socialistas de Felgueiras já foram intimados a demitirem-se dos seus cargos. A partir de agora, ou acatam as decisões do PS, ou entregam os cartões de militante, ou serão alvo de processo disciplinar", avisou o líder do PS.

Ferro Rodrigues fez ainda questão de frisar que "o PS não quer ter gente que não respeita a democracia" e que, caso abandonem o partido, "passarão a ser tanto do PS como de extrema-direita".

Recorde-se que o deputado e líder do PS/Porto, Francisco Assis, foi sexta-feira agredido em Felgueiras quando tentava reunir-se com militantes socialistas para lhes explicar porque defende eleições antecipadas no concelho, na sequência do caso Fátima Felgueiras.

Francisco Assis, ao chegar à sede do PS de Felgueiras, foi surpreendido por cerca de uma centena de populares adeptos da ex-presidente da autarquia, Fátima Felgueiras, que o agrediram e insultaram de uma forma covarde, tendo o líder do PS/Porto sido evacuado pela GNR.

Francisco Assis deixou de seguida a localidade, não chegando a entrar sequer na sede da Concelhia do PS.

"Espero cá voltar noutro momento e

noutra situação para discutir com os militantes socialistas", disse Francisco Assis aos jornalistas, antes de entrar no jipe da GNR.

Assis frisou que a situação em nada altera as suas decisões porque considera estar no caminho certo, nomeadamente na "salvaguarda do prestígio do PS e do concelho de Felgueiras".

Logo após os incidentes, o porta-voz do PS, Paulo Pedrosa, manifestou "total repúdio" pelas agressões e prestou "toda a solidariedade pessoal e institucional" da direcção do partido em relação ao líder socialista do Porto "e a Francisco Assis" no plano pessoal.

Também o líder parlamentar do PS, António Costa, prestou "total solidariedade" ao presidente dos socialistas do Porto.

Por sua vez, o presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e adversário de Assis na corrida à Federação, Narciso Miranda, lamentou "profundamente" os actos de violência ocorridos em Felgueiras e manifestou a sua solidariedade para com os "camaradas agredidos".

Recorde-se que em torno de Assis, houve reacções de solidariedade do Presidente da República, e de todos os quadrantes políticos condenando as agressões de que foi alvo e enaltecendo o comportamento de Francisco Assis, revelador, por um lado, da sua coragem física, e, por outro, da sua dimensão como político e intelectual. A postura de Assis foi uma das maiores contribuições dos últimos anos para a reabilitação da vida política como uma missão nobre de cidadania e de defesa dos valores éticos e republicanos.

## CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES CONCELHIAS

Está em marcha mais um processo eleitoral no PS: a escolha por todos os militantes dos novos órgãos dirigentes das concelhias de norte a sul do País, com um calendário em que a maioria dos actos eleitorais estão agendados para o final deste mês.

Assim, na Federação do Algarve, as eleições para todas as concelhias desta estrutura estão marcadas para 31 de Maio. Também em Aveiro, 31 de Maio é o dia em que vão realizar-se as eleições para as concelhias de Águeda, Albergaria, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Ilhava, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, São João da Madeira, Sever do Vouga e Vale de Cambra.

Já na Federação de Beja, todas as concelhias vão ter eleições a 30 de Maio, à excepção de Beja, em que estão agendadas para 3 de Junho.

Entretanto, na Federação de Braga, as concelhias de Cabeceira de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Terras do Bouro, Vizela e Gerês vão ter os seus actos eleitorais a 23 de Maio, enquanto em Amares, Celorico de Basto e Vieira do Minho a ida às urnas irá decorrer no dia 24 de Maio.

Por sua vez, em Bragança, as eleições já tiveram lugar em Abril, e em Castelo Branco só a Concelhia de Penamacor tem agendadas as eleições para os seus órgãos dirigentes, que terão lugar a 30 de Maio.

Mais a sul, em Évora, todas as concelhias vão a votos em 30 de Maio, à excepção de Vila Viçosa, cujas eleições irão decorrer a 28 de Maio. Na FRO, todas as concelhias já realizaram eleições, menos Torres Vedras, que vai a votos a 28 de Maio. Na Guarda, os actos eleitorais para a escolha dos órgãos dirigentes das concelhias já se realizaram em Abril, enquanto em Leiria as eleições vão ter lugar a 27 e 28 de Junho, não tendo ainda as respectivas concelhias determinado quais os dias em que vão decorrer as eleições.

Na FAUL, as concelhias de Lisboa, Amadora, Cascais, Sintra e Oeiras têm eleições marcadas para 23 de Maio, enquanto a concelhia da Azambuja vai a votos a 31 de Maio.

Já em Portalegre, todas as concelhias têm eleições agendadas para 30 de Maio, enquanto no Porto o dia 31 de Maio foi escolhido por todas as concelhias, à excepção de Vila do

Conde, cujo acto eleitoral vai decorrer a 14 de Junho.

Em Santarém, as eleições para as concelhias não estão ainda marcadas. Já em Setúbal, 30 de Maio foi o dia escolhido pelas concelhias de Alcochete, Almada, Grândola, Moita, Santiago do Cacém, Seixal e Sines para escolherem os seus órgãos dirigentes, e em 31 de Maio é a vez das concelhias de Alcácer do Sal, Barreiro, Montijo, Palmela, Sesimbra e Setúbal.

Mais a norte, em Viana do Castelo, as eleições já tiveram lugar a 17 de Maio, estando previstas para o início de 2004 as eleições concelhias em Vila Real.

Em Viseu, 30 e 31 de Maio foram os dias escolhidos para as eleições para as comissões políticas nas concelhias de Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela e Vila Nova de Paiva. Nos concelhos de Carregal do Sal, São João da Pesqueira e Vouzela, onde se verificava a existência temporária de comissões administrativas, serão realizadas também e nas mesmas datas eleições para as novas concelhias.

## Convocatória Reunião da Comissão Nacional

Domingo, 25 de Maio, às 10.00h

#### Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas de 2002
2. Apresentação, discussão e votação da Proposta de Deliberação sobre a harmonização entre calendários políticos interno e externo.
3. Ratificação das alterações aos Estatutos do PS/ Madeira, de acordo com o nº 2 do Art. 27º dos Estatutos do PS

#### Hotel Altis

Rua Castilho 11, Lisboa



## SEMANA DA QUALIFICAÇÃO

# GOVERNO CONDENA PORTUGAL A UM FUTURO MENOR

**A desorientação governamental em matéria de qualificação de recursos humanos pode ser sintetizada em três traços muito claros: "Indiferença pela educação e formação, desvalorização da cultura e insensibilidade pela ciência".**

Em nome do PS, Manuel Maria Carrilho subiu, no dia 14, à tribuna da Assembleia da República para expor as conclusões de um conjunto de iniciativas que sobre esta temática a bancada socialista levou a cabo.

Para os socialistas, "só através de uma ousada e contínua, exigente e diversificada política de qualificação das pessoas e das instituições, é que Portugal conseguirá ultrapassar os bloqueios estruturais que o separam dos parâmetros europeus".

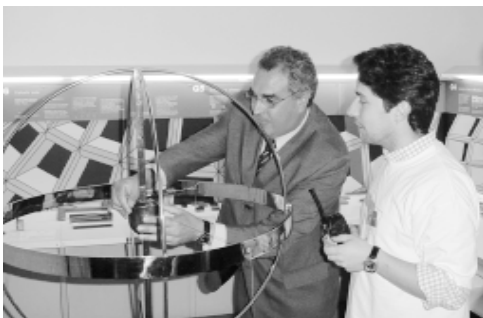
"Não é assim que pensa o Governo da maioria de direita", frisou Manuel Maria Carrilho, lembrando os cortes financeiros "drásticos, bloqueantes e cegos" que foram infringidos aos sectores qualificantes.

"Em 2003, o Orçamento de Estado escolheu como os ministérios a sancionar mais severamente os da Educação (1,1 por cento), do Ensino Superior e Ciência (3,3 por cento) e o da Cultura (6 por cento), insistindo numa linha que já tinha marcado o Orçamento Rectificativo e desistindo assim do combate ao atraso estrutural que afecta o País", observou.

O parlamentar socialista alertou ainda para o facto de os imperativos de modernização que atravessam a sociedade portuguesa não se



Contra as políticas cegas é necessário investir na ciência e na educação



Na visita ao Pavilhão do Conhecimento do Parque das Nações os deputados socialistas aprofundaram saber científico

compadecerem com hesitações, suspensões ou retrocessos na valorização dos cidadãos.

"Estar num domínio tão frágil e tão vital como este é recuar e recuar é condenar os portugueses a um futuro menor".

É pela gravidade desta opção que, segundo Manuel Maria Carrilho, o PS responsabiliza o Governo e a maioria que o apola, "esperando que, a tempo e com urgência, se retome a via da qualificação nacional.

"Este não deve ser um campo de batalha, deve ser um dos centros da agenda política. Por isso, estando agora anunciadas, ou na mesa, alterações à Lei de Bases da Educação, à Lei de Autonomia das Universidades, à Lei de Financiamento do Ensino Superior, não temos dúvidas que o País ganharia com a criação de sólidos e alargados consensos à sua volta", afirmou.

Além, a disponibilidade para o consenso sobre tão importante matéria foi

manifestada pelo secretário-geral do PS, no encerramento da semana da qualificação.

## Consenso político sem desresponsabilização do Estado

Um tal consenso político porém, disse o líder do PS, não poderia servir para desresponsabilizar o Estado no financiamento da Educação nem incentivar políticas de selecção precoce de crianças ou para hostilizar as escolas e os professores, atacando a sua autonomia. O secretário-geral do partido lançou assim um desafio para que o Parlamento debata as leis estruturantes do sector com tempo e ouvindo sempre os parceiros.

"Se a sua preparação for orientada para qualificar e valorizar a educação, é possível e desejável o entendimento. Se for para continuar ou mesmo agravar o actual caminho e desqualificar a qualificação, só podem contar com a nossa mais viva e mais firme oposição", referiu.

Ferro Rodrigues fez ainda um balanço da semana da qualificação dizendo que ficou claro um grande desinvestimento político e financeiro do Governo na Educação, acusando o Executivo de direita de dizer que aposta na valorização dos recursos humanos e estar, na prática, a criar e a incentivar um modelo oposto de desqualificação e de baixos salários.

"O ministro da área social e económica vem ao Parlamento dizer que há um futuro magnífico em que Portugal tem um modelo assente em salários altos e uma qualificação forte, mas os salários estão a baixar e o investimento em qualificação a diminuir", observou.

O líder socialista defendeu ainda que devido ao período económico que o País atravessa não pode haver políticas cegas que olhem para os sectores como se todos tivessem a mesma importância em relação ao futuro.

"Portugal só deixará de estar mergulhado numa crise profunda se souber apostar no investimento e na

valorização do que mais importante tem, que são os seus recursos humanos", concluiu.

## Reconstruir uma agenda educativa

No debate sobre as "Novas Políticas para a Educação e Ciência", o professor universitário António Teodoro defendeu a reconstrução de uma agenda educativa para um Governo de esquerda, vinculando diversos grupos sociais numa "aliança tensa" que os vincule a um programa de "responsabilidade individual, intervenção comunitária e gestão do Estado".

"É preciso consolidar um novo senso comum de mobilização de grupos que possa fazer frente às investidas da direita neste campo", disse.

Por seu turno, Odete Valente, membro do Conselho Nacional de Educação, chamou a atenção para a "falta de monitorização do sistema educativo instalado" e defendeu uma *task force* acabar com "os casos de miséria" e repor a dignidade.

O presidente do Instituto Superior Politécnico de Castelo Branco, Valter Lemos, alertou para a possibilidade de um exodo de cientistas portugueses, lembrando ainda que "os desafios da Sociedade de Informação, no âmbito da Ciência e da Tecnologia, são demasiado importantes, para serem negligenciados" da forma como o estão a ser.

A deputada do PS Ana Benavente reiterou a preocupação dos socialistas face às políticas governativas para a Educação e com a formação científica dos jovens, que será posta em causa, segundo alertou, "se o Governo levar a efeito as anunciadas alterações à lei".

No âmbito da semana da qualificação promovida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os deputados da Comissão de Cultura e Educação fizeram uma visita ao Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, e a semana passada deslocaram-se ao Museu de Etnologia, no Restelo.

MARY RODRIGUES

## DIAS CINZENTOS

Durante a semana da qualificação, a bancada do PS lançou um livro de balanço da política do Governo PSD/PP na Educação, Formação e Ciência, onde acusa o Executivo de apenas suspender, extinguir e paralisar estes sectores.

O patente retrocesso verificado nestas áreas fica a dever-se, na opinião dos deputados do PS, a que em apenas um ano de direita no poder, apenas as respectivas tutelas se têm limitado a suspender, extinguir e paralisar tudo quanto foi implementado pela administração anterior.

No livro intitulado "Dias Cinzentos", os parlamentares socialistas da Comissão de Educação, Ciência e Cultura analisam o programa do Executivo e tecem duras críticas ao que foi dito e ao que foi feito até ao momento.

Ana Benavente e Augusto Santos Silva são alguns dos deputados que na obra em questão apresentam

o olhar do PS sobre este primeiro ano negro de gestão de direita.

Segundo os socialistas, a área da qualificação, que engloba a Educação, Formação e a Ciência, foi a mais penalizada no Orçamento de Estado para 2003 e a que registou menos sentido de continuidade, optando o Governo "por suspender, extinguir e paralisar em vez de desenvolver, tomar iniciativa e concretizar". "Quando se confronta o que o Governo fez, neste primeiro ano de mandato, com os compromissos que livremente tomou, no programa que fez aprovar no Parlamento, verifica-se quão pouco eficiente e produtivo tem sido: grandes espaços em branco pontuam a sua acção", referem.

Augusto Santos Silva diz mesmo que "se há traço que caracteriza a política do Governo de direita para a educação e a ciência, esse traço é o desinvestimento".

O ex-titular das pastas da Educação e da Cultura considera mesmo que "a direita despreza a educação".

Por seu turno, Ana Benavente, ex-secretária de Estado da Educação diz, num texto intitulado "o rei vai nu...", que os primeiros meses do Governo de Durão Barroso são "duplamente preocupantes". "São-nos pelos projectos conservadores e retrogrados de quem pensa que o tempo volta para trás, estigmatiza a pobreza, explora o medo do futuro e ameaça os trabalhadores", refere.

A pretexto de algumas infracções cometidas no Ensino Recorrente, o Executivo quer demonstrar a inviabilidade de todo o projecto e tenta destruir esta oferta, estratégia denunciada pelos deputados da bancada do PS, que criticam ainda o Governo pela suspensão da revisão curricular do ensino secundário da tutela socialista.

Segundo os deputados socialistas, o Executivo quebrou o diálogo e a lógica de participação e compromisso com os parceiros educativos e fez uma "inversão intolerável do grande esforço que havia sido feito na política de ciência e tecnologia pondo em causa os melhores instrumentos para a promoção da educação científica e da ligação entre os cientistas e as escolas como é o caso do Programa Ciência Viva".

Numa conferência de imprensa que contou com a participação do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, a deputada Ana Benavente disse que o trabalho no Governo no primeiro ano traduz-se por uma grande falta de eficiência e produtividade, com medidas avulsas, grande descontinuidade do ponto de vista político, apontando como exemplo a suspensão da revisão curricular do secundário.

M.R.

## CARTÃO COMUM

## TRÊS PERGUNTAS A JOSÉ MAGALHÃES

*O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai realizar um colóquio durante o qual será apresentado o Cartão Comum (CC), uma medida que transita do anterior Governo do PS. Em antecipação à divulgação desta iniciativa o "Acção Socialista" colocou três perguntas ao deputado José Magalhães.*



O que é o Cartão Comum? O CC substitui por um só cartão a grande parte da longa colecção de documentos que os cidadãos hoje têm de carregar na carteira para se identificarem, designadamente no relacionamento com os diversos tipos de serviços públicos. O CC contém a foto da pessoa sua titular e tem impressos, de forma bem legível, elementos de identificação perante os serviços sectoriais a que faculta acesso.

Além disso tem um "chip" informático, que o torna num instrumento avançado de identificação através de serviços de comunicação em linha, dando aos seus utilizadores uma assinatura digital segura e inconfundível, útil para as relações com a Administração Pública e eventualmente

com as entidades privadas que o desejem.

O cartão do cidadão funciona assim como certificado electrónico de cidadania, facultando mecanismos seguros que perante serviços informatizados fazem prova da qualidade de titular de direitos.

Este projecto inovador pode simplificar muito a vida dos cidadãos e poupar dinheiro ao Estado, eliminando vários sistemas que hoje produzem numerosos cartões de identificação. Trata-se também de abrir portas ao chamado "Governo Electrónico", fornecendo aos utilizadores uma chave electrónica que lhes abra o acesso a balcões virtuais dos serviços da Administração Pública. A criação do CC foi desencadeada através da Resolução n.º 77/2001, de 5 de Julho, o Conselho de Ministros do Governo PS, tendo ficado tecnicamente preparado. O actual Executivo, não enfeitando a ideia, não tem dado seguimento às operações necessárias ao avanço do processo, perdendo tempo e desperdiçando oportunidades de poupança. Por isso o Grupo

Parlamentar do PS, na sequência das suas jornadas sobre competitividade e inovação, apresentou sobre este tema o projecto de lei 112/IX, que será discutido pela AR, no próximo dia 5 de Junho.

**Para que serve?**

Para tudo o que hoje se faz com os cartões que temos e muito mais. Desde logo, serve para identificação presencial com os serviços nos moldes clássicos (só que com economia e simplificação), mas também para novos tipos de relacionamento electrónico. Claro que estes últimos dependem muito da democratização do acesso dos cidadãos à Internet e da posse por estes das ferramentas sem as quais esta não pode ser usada. Tudo depende, por outro lado, do grau de informatização dos serviços e sua disponibilização na Net e da capacidade da Administração Pública produzir aplicações que tirem partido do cartão com chip. De pouco vale um cartão inteligente se a Administração não for suficientemente esperta e dotada de meios para mudar

a sua forma de trabalhar. Infelizmente, em todos estes domínios a governação de direita tem trazido retrocessos, preferindo à inovação de métodos e meios a sua política de cortes orçamentais cegos.

**Quais os benefícios para os cidadãos?**

Enormes! Um cartão multisusos permitir-nos-ia deitar fora o actual BI, o cartão do SNS, o cartão fiscal e outros! Mas graças ao chip digital, Portugal poderá oferecer aos seus cidadãos o mesmo que se preparam para fazer países como a Finlândia, Áustria, Bélgica, Irlanda, Itália, Holanda, Espanha e Suécia. No horizonte está a implementação do princípio da Administração virtual e do «guichet único», que permitirá substituir com vantagem as catadupas de certidões com que hoje são sobrecarregados os cidadãos, transformados em andariéis de balcão em balcão e prejudicados seriamente quando, no meio da confusão de cartões, lhes falte o necessário.

## DESCENTRALIZAÇÃO

## SOCIALISTAS CONTRA PRESENTE ENVENENADO DO GOVERNO PARA AS AUTARQUIAS

*A sociedade portuguesa precisa de construir uma plataforma comum de entendimento em torno das políticas de descentralização baseadas em duas premissas fundamentais. Por um lado, a necessidade de um novo modelo de financiamento das autarquias que retire da actual lei o carácter casuístico e arbitrário, e, por outro, a obtenção de um consenso em relação à criação das regiões administrativas, tendo como referências os distritos e as NUT III.*



Estas as ideias defendidas pelo director dos "Cadernos Municipais" (publicação periódica da Fundação Antero de Quental), no passado dia 15 de Maio, na Assembleia da República, por ocasião do colóquio "Descentralização e Administração do Território, promovido pela FAO.

Para Carlos Zorrinho, a descentralização, pedra de toque da propaganda eleitoral do Governo de direita, "faz parte do consenso nacional", mas, pelos impactos que implica, "é difícil de concretizar". Sobre o pacote para a descentralização aprovado pelo Executivo PSD/PP, Zorrinho considerou que não deve ser

desvalorizado enquanto primeiro passo para o processo descentralizador, mas também não pode ser entendido, como alguns o pretendem como o prenúncio de morte da regionalização.

É que, explica, "a descentralização consiste na transferência do Governo para os municípios de competências e meios financeiros. Já a regionalização, para além disso, implica também a transferência da própria capacidade de coordenar competências".

Por seu turno, José Augusto Carvalho analisou o relacionamento da administração central com o poder local, qualificando-o como "intranquilo" e marcado pela "desconfiança dos autarcas pela persistente atitude governamental de atentar contra a capacidade, logo contra a autonomia financeira dos municípios". À tranquilidade e a desconfiança juntam-se, segundo o ex-secretário de Estado da Administração Local, a frustração, o

logro e o descrédito "pelo simulacro de transferência de competências para os órgãos municipais, e de reforço do associativismo intermunicipal, bem como pela demagógica criação de novas áreas metropolitanas".

Assim, a tal "revolução tranquila" prometida pelo Governo de Durão Barroso, que se apresentou como "paladino da descentralização" é um presente envenenado que se resume à transferência de "migalhas de competências com zero de recursos". "Trata-se, na essência, de competências em domínios administrativos e burocráticos, permanecendo quase que intocáveis os domínios sociais, esses sim, de relevância para o cidadão", observou.

Defendendo a ideia segundo a qual "o território oferece-se como parceiro do Homem face aos novos desafios da economia e do desenvolvimento", José

Augusto Carvalho ressalva que "essa parceria tem de ser alargada a um terceiro factor qual força mobilizadora da sociedade: a administração pública territorializada".

Mas, denuncia a propósito das "grandes áreas urbanas", o Governo despreza o trabalho legado pela tutela socialista, neste sector, propondo apenas a "agregação de municípios a qualquer título".

Acusando o Executivo Durão/Portas de "desarticular todo o sistema de estruturas intermunicipais e de obstar à constituição de entidades supramunicipais, o parlamentar do PS diz que o que se propõe é basicamente "a criação de organismos débeis, sem capacidade de protagonizarem processos de desenvolvimento, sem garantias de transferência de recursos do Orçamento de Estado e com competências cedidas por contrato".

O caminho do PS, afirma, é outro, passando pela "racionalização da administração pública, ao serviço do interesse de todos".

"A base territorial de referência deverá ser o sistema NUT, com a gradual convergência entre este os distritos", disse, adiantando que "a regionalização surgirá como corolário da organização territorial da administração".

**Confusão é inoportuna e gravosa**

Num debate em que também participaram António Fonseca Ferreira e Brandão Alves, a deputada socialista Elisa Ferreira advertiu que "num momento em que a Europa é a Europa das regiões, em que

novas regiões se juntam, mais aliciantes e apelativas do que as portuguesas, ao espaço comunitário, em que o último Quadro Comunitário de Apoio está a meio do percurso, toda esta confusão é inoportuna e gravosa".

Segundo a ex-ministra do Planeamento, "qualquer reforço dos poderes descentralizados da administração central, na ausência de um nível regional legitimado, terá de ser acompanhado por um processo eficaz de desconcentração". Quanto à descentralização, Elisa Ferreira acusou o Governo de "ignorar qualquer necessidade de desconcentrar e reorganizar os vários ministérios e serviços da sua competência" lançando-se loucamente, pelo contrário, numa "cavalgada pseudo-descentralizadora".

Temendo que o pacote legislativo do Executivo de direita acabe numa "reparição fortemente desequilibrada entre diversas entidades e, dentro de cada uma, entre os vários municípios, a parlamentar do PS alertou para o facto de as decisões que foram recentemente tomadas abrirem "uma Caixa de Pandora de consequências imprevisíveis" onde, "sob a capa da democratização e da descentralização, o Executivo divide para reinar".

"Na prática, cria-se um sistema em que desaparecem os centros de racionalidade inter e supra municipais da administração pública construídos ao longo das últimas décadas, e entre os municípios, passa a poder vencer o mais forte e quase tudo passa a ser possível", disse a deputada.

MARY RODRIGUES

## DESAFIOS DE FUTURO

*Ninguém nos pode cobrar a factura da nossa libertação. A liberdade que agora passa de geração em geração quer-se isenta de qualquer pecado original.*

**MEDEIROS FERREIRA**

Celebrar a data de 25 de Abril é convocar de novo a esperança entre os portugueses, é de novo remar contra o marasmo, é de novo sobressaltar os instalados no lado morto das sociedades. É sempre um julgamento do passado, é sempre um desafio ao presente, é sempre uma aposta no futuro.

O 25 de Abril de 1974 foi um movimento político endógeno da sociedade portuguesa num ocidente então instalado na aceitação da coexistência entre ditaduras e democracias. O imobilismo do mapa político confundia-se com a legitimação dos regimes de facto. Os realistas da aparência admitiam no máximo "aberturas" e "liberalizações" a leste e a oeste. O derrube da ditadura naquela data só foi possível pela intervenção decisiva do MFA. Os portugueses foram libertados pelas suas próprias Forças Armadas perante um ocidente complacente e uma Espanha franquista inquieta.

Ninguém nos pode cobrar a factura da nossa libertação. A liberdade que agora passa de geração em geração quer-se isenta de qualquer pecado original.

É verdade que depois do derrube da ditadura recebemos vários apoios inesquecíveis para a consolidação do regime democrático pluralista, desde o de alguns países da Comunidade Europeia até ao dos EUA.

E como temos saudades dos EUA que compreenderam, aceitaram e apoiaram a vontade democrática dos portugueses. O Mundo precisa desses EUA de volta. De volta ao apoio aos regimes democráticos assentes na vontade popular. De volta às regras explícitas do direito internacional e ao respeito da ONU como lugar geométrico da possível governança mundial nesta era de globalização desregulada e de anarquia crescente. Algum poder público internacional será necessário para o efeito.

São bem inquietantes para Portugal alguns sinais de revisionismo na cena mundial, desde a alteração do mapa político, inclusive na Europa, até à acção sobranceira ao direito internacional por mais de uma potência.

Outra das lições da gestão da crise do Iraque foi tornar evidente que, vistos de Washington, os Estados europeus são praticamente iguais. Os esforços para salientar um directorio continental de médias potências não correspondem às actuais exigências de afirmação da União Europeia. É urgente encontrar algum órgão na União Europeia que garanta a igualdade dos Estados-membros na elaboração das suas políticas e das suas normas. Sem a garantia da igualdade entre os Estados-membros da U.E., só existem velhas Europas.

A "opção europeia" da República Portuguesa, tomada pelo I Governo Constitucional em 1976, da responsabilidade do Partido Socialista, é parte integrante do património do nosso regime democrático. A partir daí, todos os governos incorporaram esse objectivo nacional. Há quase vinte anos que somos um Estado-membro da Comunidade Europeia e sabemos que grande parte do nosso futuro se joga nela. A direita política em Portugal até parece ter-se afeiçoado a esse quadro integrador. Seria muito positivo para a esquerda em Portugal que outras formações desse vasto e variado campo ideológico, para além do PS, se dispusessem a uma maior abertura política perante a União Europeia. Europa, que aliás está a mudar de paradigma e precisa de novas ideias e novas formas.

O Presidente da República em vindo a alertar os responsáveis partidários para a necessidade de se operarem algumas reformas no sistema político. O Partido Socialista respondeu à chamada e há meses que vigora nesta Assembleia uma Comissão Eventual para esse efeito, tendo sido aprovadas a 24 de Abril duas leis sobre os partidos políticos e o seu financiamento. Essa vontade de reformas políticas preventivas é louvável se bem que as suas condições de êxito requirem uma mudança nos hábitos negociais que se instalaram entre os partidos desde as últimas revisões constitucionais. Sou dos que começam a não acreditar em reformas dignas desse nome sem que a necessidade as dite e sem que o espírito constituinte se sobreponha a mentalidade negociadora. Mas o que importa salientar é que a sua preocupação com a reforma atempada do sistema político encontrou eco no Partido Socialista.

O PS tudo fará para melhorar o sistema político desde que encontre os interlocutores certos.

É certo que convém ter em conta que o nosso regime democrático já tem mais de um quarto de século e algumas aquisições preciosas: como as eleições livres, a credibilidade dos seus resultados eleitorais, a sua representatividade, a robustez do recenseamento, a garantia das liberdades públicas e da independência da justiça. As autonomias insulares dos Açores e da Madeira, a carcer de aprofundamento, dão o seu contributo para o bem-estar e a dignidade de populações secularmente esquecidas, assim como para a própria unidade nacional. Numa eventual revisão constitucional devem os seus poderes legislativos ser reforçados e deve ser respeitada sempre a Lei de Finanças. Pelo seu lado, as autarquias locais permitem uma mobilização democrática sem paralelo e garantem a realização de obras de fomento graças à aplicação da Lei de Finanças Locais que o PS respeita.

Esse respeito e reconhecimento pela importância do poder local no nosso regime democrático dão ao PS uma particular autoridade para querer corrigir e aperfeiçoar certos aspectos do funcionamento das autarquias a começar pela limitação dos mandatos executivos.

O PS está hoje na oposição e o seu comportamento quer-se balizado pela defesa do interesse nacional e pela representação do povo. A nossa primeira preocupação e cuidado dirige-se à defesa dos portugueses mais desprotegidos, aos desabrigados da fortuna, aos seres mais fragilizados da sociedade: as crianças, as mulheres, os idosos, os desempregados. Da violência doméstica à solidão há um mundo soterrado que espera pela luz da intervenção pública e da solidariedade social.

O aumento do desemprego nos últimos meses é impressionante e não é com o pomposo e inconstitucional Código de Trabalho que se resolverá esse problema. Nos últimos meses Portugal foi o país da U.E. que registou o maior aumento percentual de desempregados (2,4 pontos percentuais em relação ao mês homólogo de Fevereiro de 2002) e situa-se agora com uma taxa de desemprego de 6,7% segundo dados do Eurostat. Entre Março de 2002 e Março de 2003 passou de 339.662 para 421.058 desempregados inscritos. Quase cem mil desempregados num ano. Mas o Investimento público e privado também cai não permitindo pensar que se trata de uma fase de reconversão passageira nas actividades económicas. O PS apoia e promove uma sociedade onde a produtividade apareça como o resultado da boa gestão, da inovação técnica e científica, da educação e da formação profissional. Por isso o PS apoia todos os esforços empresariais que apostam na modernização da nossa economia, e na ultrapassagem do modelo arcaico assente nos baixos salários.

Em relação ao futuro é preferível a agitação de uma democracia franca, inquieta e criadora à estagnação consensual sobre o presente. A amplitude do leque de divergências é mais rica para a qualidade da democracia do que uma justaposição de interesses.

Não há democracia participativa sem democracia representativa das várias correntes de opinião que devem ser estimuladas e não abafadas.

A qualidade da democracia é um desafio para o futuro.

Um regime democrático capaz de se reproduzir com mais qualidade e justiça no futuro é a melhor homenagem que podemos prestar ao 25 de Abril.

## COMISSÃO POLÍTICA

# AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL PREOCUPA SOCIALISTAS

A Comissão Política do Partido Socialista manifestou "enorme preocupação pelo agravamento da situação económica e social", considerando que "não estão a ser introduzidas as mudanças de política necessárias face à gravidade desta situação".

Reunida no dia 13, na sede nacional, para debater a situação política, a Comissão Política sublinhou que "a política económica e financeira do Governo PSD/PP, para além de ter falhado grosseiramente os seus objectivos orçamentais no ano de 2002, contribuiu de forma decisiva para que o abrandamento económico internacional se transformasse numa recessão económica que já está a produzir resultados dramáticos na sociedade portuguesa".

As conclusões da reunião foram transmitidas pelo porta-voz do PS, Paulo Pedroso, que aos jornalistas sublinhou as últimas estimativas do desemprego que "colocam Portugal numa preocupação muito preocupante e desfavorável". "Atingimos já uma taxa de desemprego de sete por cento e possuímos o maior crescimento do desemprego em toda a União Europeia (UE)", afirmou.

"Portugal é o único país da UE em recessão, desde o segundo semestre de 2002", sublinhou Paulo Pedroso, adiantando que "os indicadores de confiança na economia voltaram, em Abril, a registar mínimos históricos, indicando a enorme dificuldade em ultrapassar a situação crítica que vivemos".

A Comissão Política do PS considerou que "o Governo não tem sabido enfrentar estas dificuldades e revela uma enorme incapacidade para instalar um clima de retoma na confiança dos portugueses".

### Contra as manobras de diversão

Para o PS, "o descalabro existente na situação económica e social, a baixa brutal na estimativa de crescimento económico feita pelo Governo, o rotundo falhanço de todas as estimativas orçamentais para 2003 exigem do Governo uma resposta".

Salientando que a situação económica e social é o "principal problema" que afecta os portugueses, Paulo Pedroso garantiu que o PS "tudo fará para contrariar as manobras de diversão que mais não fazem que tentar banalizar a recessão, o desemprego e a crise que estamos a viver".

Por outro lado, o PS vê com "enorme preocupação os sinais de debilidade do nosso sistema político e partidário", tendo tomado, em tempo, as iniciativas necessárias para "dar mais força e credibilidade ao nosso sistema político". Lembrando que "o PS já apresentou



na Assembleia da República projectos de lei sobre a lei eleitoral para os órgãos autárquicos e para a Assembleia da República, bem como sobre a limitação de mandatos para titulares de diversos órgãos executivos", Paulo Pedroso frisou que o partido mantém "com firmeza a defesa dos nossos princípios de reforço da transparência e da credibilidade do sistema político".

A Comissão Política reafirmou ainda a sua "determinação na defesa da transparência e credibilidade do exercício do poder político, a qualquer nível", considerando que "os recentes casos que puseram em causa a forma como titulares de cargos públicos exerceram ou exercem as suas responsabilidades têm de ser enfrentados sem qualquer hesitação".

Para o PS, "o exercício do poder dos tribunais, que só pode ser justo, imparcial e tão célere quanto possível, é um elemento essencial da qualidade da democracia, em que confiamos". Neste contexto, a Comissão Política do PS manifestou "o seu apoio às posições assumidas pelo Secretariado da

Federação do Porto a propósito da situação em Felgueiras", repudiando "todas as condutas não respeitadoras da justiça".

É que, sustenta o PS, "o compromisso com o respeito pela Lei e com a ética republicana no exercício de cargos públicos não permite nem tibieza nem duplicidades".

A Comissão Política do PS manifestou ainda o seu "repúdio pela forma como dirigentes de partidos da maioria reagiram ao discurso do Presidente da República" no passado dia 25 de Abril, considerando que "a análise serena e profunda que esse discurso encerra não é compatível com tentativas de condicionamento da função presidencial".

Assim como é "totalmente inaceitável" para o PS que "se intente condicionar a séria e profunda apreciação da constitucionalidade do chamado Código do Trabalho", uma vez que, frisa, "a conformidade das leis com a Constituição da República não é uma questão formal, é uma condição essencial da governação democrática".

J.C.C.B.

## VEREADORES SOCIALISTAS EXIGEM RECEPÇÃO NA CÂMARA AO FC PORTO

*Os vereadores socialistas portugueses anunciaram que vão recorrer a "todos os mecanismos legais e judiciais ao seu alcance" para obrigar Rui Rio a cumprir uma deliberação municipal de abrir as portas da Câmara ao FC Porto.*



A Câmara do Porto aprovou uma moção apresentada pelo PS que determina a abertura dos Paços do Concelho aos atletas, treinadores e dirigentes do FC Porto em 1 de Junho, dia em que terminada a SuperLiga de futebol, o clube se sagrará campeão nacional.

Em comunicado, os autarcas portugueses do PS explicam que «não há memória de um presidente da Câmara se recusar acatar uma deliberação do órgão executivo a que pertence, numa clara manifestação de afrontamento ao poder local».

Assim, o PS está mobilizado para que seja cumprida a decisão aprovada, o que obriga «a Câmara a abrir as portas ao FC Porto», referiu o vereador Rodrigo Oliveira, «sob pena de se estar a violar a lei, ao não dar cumprimento a uma deliberação camarária».

Os vereadores do PS sublinham que, se o presidente da Câmara pretende não cumprir a decisão, «deve procurar os

mecanismos legais que lhe permitam tal recusa, dado que não pode a posição do cidadão Rui Rio sobrepor-se à deliberação camarária».

«No plano jurídico, as moções sujeitas a votação no período de antes da ordem do dia nas sessões camarárias, não só têm valor político, como assumem carácter deliberativo», defendem ainda os socialistas.

### CONCELHIA DE FARO ACUSA

## JOSÉ VITORINO CRIOU O CAOS NAS CONTAS DA AUTARQUIA

A Concelhia socialista de Faro acusou o presidente da Câmara local, José Vitorino, de utilizar a engenharia financeira «para criar a ilusão de que o PS deixou o município no caos».

«O PS deixou a Câmara em ótimas condições e o dr. José Vitorino se alguma dificuldade vai ter é por causa da política restritiva do Governo PSD em relação às autarquias», disse Falcão Marques, presidente da Concelhia de Faro, acrescentando que «o principal inimigo do dr. José Vitorino é o Governo do seu próprio partido».

Em conferência de Imprensa, Falcão Marques acusou o autarca eleito nas listas do PSD, José Vitorino, de «sacrificar as pessoas» e criar propositadamente o caos nas contas públicas da autarquia, com o objectivo de poder aparecer depois «como salvador perante os munícipes».

Sustentou que se tratou de um ano «perfeitamente perdido, para a frente e para trás», em que o Executivo camarário «não teve imaginação suficiente, em termos financeiros, para superar as dificuldades».

«Não é verdade que o PS tenha deixado uma dívida de 65,5 milhões de euros», disse, acusando o presidente da Câmara de ter mistificado aquele número, uma vez que ele «chega a incluir empréstimos de longo prazo até 2027, no valor de 21,6 milhões de euros».

O PS acusa também a gestão laranja da autarquia de ter incluído na alegada «pesada herança» cerca de 14,3 milhões



de euros de obras em curso, considerando dívidas «trabalhos que nem sequer estavam facturados».

Para os socialistas de Faro, as despesas referentes ao Parque das Cidades, a dividir entre as câmaras de Faro e de Loulé, no valor de 6,7 milhões de euros, também não deveriam ter entrado nas contas do exercício, para efeitos de cálculo do défice, «porque era uma despesa já prevista e assumida».

Segundo explicou o camarada Falcão Marques, o passivo que José Vitorino herdou da gestão anterior do PS é

constituído apenas pelas dívidas de curto prazo a terceiros, no valor de 8,7 milhões de euros.

A Concelhia socialista acusa ainda o actual Executivo camarário de maioria PSD de ter aumentado esse passivo em cerca de 20 por cento em apenas um ano, para 10,82 milhões de euros. O PS/Faro acusa também José Vitorino de ter tido uma taxa de execução do Orçamento de Estado de apenas 48,96 por cento: dos 29,76 milhões de euros previstos, apenas foram gastos 14,57 milhões de euros.

### Agenda PS

#### COMISSÃO NACIONAL

Reúne-se no próximo dia 25 Maio, às 10 horas, no Hotel Altis, em Lisboa.

#### SECRETÁRIO-GERAL

No dia 22 Maio participa na reunião dos líderes dos partidos socialistas europeus, em Berlim.

A 23 de Maio está presente nas comemorações no 140º aniversário do SPD, também em Berlim.

Visita dia 1 de Junho, pelas 16h30, a 16ª feira agro-pecuária de Santiago do Cacém.

#### SECRETARIADO NACIONAL

Reúne-se nos dias 30 e 31 de Maio, em Leiria, estando previstas diversas iniciativas públicas no distrito, entre as quais se destaca um jantar com Ferro Rodrigues que terá lugar na Associação Recreativa Andrinense, em Andrinhos/Pousos. As reservas para o jantar deverão ser feitas pelo telefone 967 383 674.

#### FEDERAÇÕES

Dia 23 de Maio, às 17h45, realiza-se na sede da Federação do Porto o lançamento da publicação do Grupo Parlamentar «Os dias cinzentos, um ano de Governo PSD-PP, Educação, Ciência e Ensino Superior»

Dia 26 de Maio, 21h30 - Realiza-se em Leiria a 1ª Conferência do ciclo «Desporto em debate», nas instalações do Instituto Português da Juventude, que contará com a presença do prof. Mário Costa, comandante Vicente de Moura e do dr. António Dias da Cunha.

#### GABINETE DE ESTUDOS

Dia 25 de Maio, 16h00 - Reunião do Grupo de Trabalho «Juventude» na Federação de Braga.

Dia 27 de Maio, 18h30 - Reunião do Grupo de Trabalho «Igualdade de Género» na sede nacional, no Largo do Rato.

Dia 31 de Maio, 14h30 - Mesa-redonda sobre «Turismo, Balanço e Perspectivas» no Corinta Santarém Hotel. Uma iniciativa conjunta do Grupo de Trabalho sobre Turismo, Federação do PS de Santarém e Fundação Antero de Quental.

#### GRUPO PARLAMENTAR

##### Dia 27 de Maio

15h00 - Realiza, no auditório do edifício novo da AR, uma mesa-redonda sobre a orientação da despesa pública, com a participação de reputados economistas, em antecipação do debate parlamentar sobre esta matéria agendado para 29 de Maio.

18h30 - Lançamento do livro «Novas Políticas para a Competitividade», que reúne comunicações dos seminários promovidos pelo GP/PS sobre este tema e que terá lugar no restaurante do edifício novo da AR.

Dia 31 de Maio, às 20h00 - O coordenador para o Ensino Superior, Augusto Santos Silva, participa num jantar na Golegã organizado pela JS/Ribatejo sobre o tema «Educação e Ensino Superior». As reservas para o jantar deverão ser feitas pelo telefone 919 632 656.

## FEDERAÇÃO DE VISEU APROVA PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

No âmbito das acções de descentralização que tem vindo a promover, o Executivo da Federação de Viseu reuniu em Carregal do Sal, na sequência de um convite feito pela Concelhia local, tendo sido aprovados por unanimidade o plano de actividades e orçamento para 2003.

Na reunião, em que foi feito o ponto de situação dos diferentes departamentos federativos, José Junqueiro abordou os problemas relativos ao processo de constituição das novas CCR's. Por outro lado, no que respeita às novas áreas metropolitanas, áreas urbanas e comunidades intermunicipais, ficou patente na reunião a necessidade de o PS ter uma estratégia a nível nacional, tendo ficado agendado um encontro de autarcas socialistas de Viseu para discutir esta problemática.

Na reunião geral de militantes que se seguiu mereceram particular atenção as questões de política geral, com particular ênfase na actual crise económica e social, bem como as questões locais relacionadas com o IC12, a ligação Carregal-Tondela, o futuro da Linha da Beira Baixa, a qualidade da água, as minas de urânio na Urgeirica, os Agrupamentos de Escolas e a revisão do PDM.

# OS ERROS DA POLÍTICA DE SAÚDE

1. Um dos principais objectivos políticos deste Governo tem sido a diminuição do défice público. A incapacidade já demonstrada em atingi-lo pelo aumento das receitas, quer através de um aumento das taxas (como aconteceu já com o IVA), quer pelo estabelecimento de um ambiente de confiança que estimulasse o investimento e o consumo, obrigou (e obriga de forma redobrada) a uma forte diminuição das despesas inscritas no Orçamento do Estado.
2. Esta diminuição pode ser obtida por diversas formas: pela diminuição ou eliminação de gastos desnecessários e de desperdícios através de uma gestão mais racional e eficiente, pelo correcção das causas base destas despesas – quando tal seja possível –, pela retirada contabilístico-legal destas despesas do orçamento do Estado ou ainda pela transferência destas para entidades terceiras.
3. A área da saúde, considerando o seu peso na despesa pública total, assume especial relevância neste contexto e tem sido, por isso, alvo privilegiado de adulterações dos fins que é suposta atingir, bem como de inaceitáveis exercícios de "desorçamentação", comportando-se o Ministro mais como Adjunto da Ministra das Finanças do que como garante da saúde dos portugueses.
4. A empresariação dos hospitais – disponibilização às administrações públicas de instrumentos de gestão mais flexíveis – foi, pelos Governos do PS, uma fórmula seguida e experimentada no caminho de uma gestão pública mais eficiente dos meios financeiros e possibilitadora de uma qualidade superior dos serviços prestados aos utentes – vejamos os exemplos da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, do Hospital do Barlavento Algarvio ou do Hospital de S. Sebastião em Sta. M.ª da Feira.
5. Este Governo apresentou um Proposta de Lei para a Gestão Hospitalar (que mereceu a nossa abstenção na generalidade) alegadamente para dar seguimento à linha política por nós iniciada. No entanto, a inovação consagrada quanto à fórmula de concretização da "empresariação" - as Sociedades Anónimas – foi sempre por nós combatida.
6. Perante as diversas fórmulas alternativas de concretização da "empresariação" e os diversos exemplos de sucesso de transformação de hospitais em empresas públicas já existentes, o Governo acabou por optar pela consagração exclusiva da figura da Sociedade Anónima em 32 hospitais-empresa que foram, assim, transferidos para a esfera do direito privado num claro exercício de "desorçamentação" bem mais próximo da privatização do que da promoção de uma gestão pública mais eficiente e de melhor qualidade.
7. No nosso programa eleitoral estava prevista a consagração legal das parcerias público/público e público/privado como instrumentos de melhor coordenação entre diversas entidades na área da saúde. Pretendia-se envolver tanto autarquias como empresas em regimes específicos de parcerias como forma de melhorar o acesso, a qualidade e a complementaridade de serviços à população.
8. Mais uma vez, o actual Governo, aproveitando parcialmente estas medidas em preparação, descortinou, no regime de parcerias público/privado, uma via para a transferência de custos e responsabilidades do Estado para terceiros e nela se prepara para apostar de forma desmedida, talvez mesmo alienando património público como contrapartida.
9. Também em sede de política do medicamento, o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos de promoção do aparecimento de medicamentos mais baratos (genéricos e cópias), visava a obrigatoriedade da prescrição passar a ser feita pela denominação comum internacional (por princípio activo) que, conjugadamente com a garantia negociada com a indústria farmacêutica do controlo na despesa global do Estado com participações, constituía a melhor garantia da diminuição do peso dos medicamentos no orçamento das famílias.
10. O actual Governo veio consagrar a prescrição obrigatória por nome genérico mas conjuntamente com um regime de referenciação parcial de preços cujo impacto a curto prazo é de vantagem duvidosa e passível de originar graves injustiças e a longo prazo nulo ou mesmo negativo se não complementado com outras medidas cuja definição ainda está longe das preocupações governativas.
11. Assim, as famílias portuguesas poderão ver os seus gastos com medicamentos substancialmente aumentados, bastando para tal que os médicos sigam as orientações dadas pela sua Ordem (a não autorização da substituição), sem que exista qualquer garantia que, não obstante esta transferência de encargos, os custos do Estado não registem um crescimento assinalável.
12. No que respeita aos cuidados primários é evidente a alteração de filosofia implementada pelo actual Governo. A aposta na prevenção da doença, à desejável proximidade entre o médico e o doente, à dignificação da especialidade de medicina geral e familiar, ao respeito pelas carreiras médicas e por uma gestão integrada e conhecedora dos serviços, este Governo contrapõe uma perspectiva contabilística de consultas, uma indiferenciação no acompanhamento, a dispersão da gestão e a nomeação política de conveniência.
13. Neste ponto a contenção de despesas não foi a pedra de toque da acção do Governo visto, só pelos mais de mil lugares de direcção remunerados que cria, esta medida ser substancialmente mais dispendiosa para os cofres públicos do que a concretização dos Centro de Saúde de Terceira Geração propostos pelo PS. A clientela política do PSD e do PP sobrepôs-se à contenção dos custos.
14. Em todas as medidas já tomadas pelo Ministério da Saúde deste Governo, e apesar da sua acção propagandística procurar demonstrar uma linha de continuidade com a política dos Governos PS, é bem patente a inversão da estratégia – a preocupação financeira acima da promoção da saúde e do bem-estar.
15. Esta inversão é mesmo preocupante quando se constata o total abandono das políticas de saúde públicas como no combate aos acidentes de trabalho, na dissuasão do tabagismo, do alcoolismo ou do consumo de drogas, o esquecimento de programas específicos de combate às doenças do coração, à prevenção do cancro, da tuberculose, da sida, etc.
16. Finalmente, o balanço de um ano deste Governo na recuperação das listas de espera cirúrgicas é atemorizador. A uma campanha mediática inicial, tem-se seguido o secretismo quanto a dados concretos da execução do novo programa sendo, no entanto, evidente e do conhecimento público o agravamento da incapacidade de resposta dos serviços fruto da incompetência delirante deste Governo (na Oncologia ainda nenhuma cirurgia foi realizada).

AFONSO CANDAL COORDENADOR DO GPPS PARA A ÁREA DA SAÚDE

## Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

## À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas  exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_



Acção  
**Socialista**





## DEBATE MENSAL NA AR

# MISSÃO NO IRAQUE SÓ COM MANDATO INTERNACIONAL

**O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considerou ser ilegítimo o envio de um contingente de 120 elementos da GNR para o Iraque, como o Governo pretendia, sem mandato internacional, além de acusar o primeiro-ministro de estar "de cócoras" e às ordens da Administração Bush.**

Ao intervir durante o debate mensal com o primeiro-ministro na Assembleia da República, Ferro Rodrigues sublinhou que o anunciado envio de GNR's para o Iraque só «intensificará» a posição de ilegitimidade do Estado Português no plano internacional. O líder do PS reafirmou, a propósito, que o Governo PSD/PP, ao apoiar a acção militar anglo-americana, «quebrou o consenso nacional em política externa», associando Portugal a uma intervenção ilegítima, com «consequências incalculáveis para a construção europeia». Daí que o PS não queira «que essa ilegitimidade se intensifique, porque já

basta o que basta. O primeiro-ministro não pode contar com o nosso apoio», sublinhou Ferro Rodrigues.

«As forças que ocupam o Iraque têm obrigação de cumprir a lei e a ordem no Iraque», sustentou, acrescentando, no entanto, que «o PS veria favoravelmente uma intervenção apoiada pela União Europeia e pelas Nações Unidas».

Lembrando que a intervenção militar no Iraque criou um «gravíssimo precedente», por não ser sustentada em «nenhuma resolução das Nações Unidas», o líder do PS acusou o primeiro-ministro, Durão Barroso, de «querer estar na primeira linha em tudo, mesmo que seja desrespeitado o direito internacional», e a bancada do PSD de «defender a lei do mais forte».

Cara a cara, Ferro Rodrigues acusou o primeiro-ministro de se limitar a estar «às ordens e de cócoras perante a Administração Bush, e a macaquear o primeiro-ministro Aznar», sublinhando que «a sua única preocupação é estar ao lado de Bush, quer este esteja na legalidade ou ilegalidade».

António Costa, líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), também interveio no debate, para esclarecer o chefe do Governo de que os socialistas «apoiarão sempre qualquer português

que preste serviço no Iraque, independentemente da sua legitimidade».

«Não admitimos que passe pela cabeça do primeiro-ministro que o GP/PS não apoie aqueles que em nome de Portugal prestam serviço em qualquer parte do mundo».

Já António José Seguro, lembrou ao primeiro-ministro que a intervenção no Iraque «não foi para derrubar um regime ditatorial», acrescentando, a propósito, que as armas de destruição maciça «ainda não foram encontradas».

Na sua intervenção, o deputado do PS acusou ainda o Governo de estar a «virar as costas à construção de uma União Europeia política». O primeiro-ministro, sublinhou, «tem o pé na Europa e o coração nos Estados Unidos».

Por sua vez, o deputado Marques Júnior referiu que a presença de forças de segurança portuguesas no Iraque «vem reforçar a violação do direito internacional», explicando que a «fase de estabilização e segurança» que se vive naquele país é ainda «uma fase de intervenção militar».

O parlamentar socialista perguntou ainda ao Governo que género de missões vão fazer as forças de segurança, por quanto tempo e com que custos.

J. C. B.

O País relativo

## UM PAÍS À SUA PROCURA

*Um político não pode, nem deve demitir-se a partir de qualquer insinuação, sob pena de abrir portas a todo o tipo de manipulações oportunistas e, mesmo, anti-democráticas. Mas este não era manifestamente o caso de Fátima Felgueiras.*



MARK KIRKBY

De repente, o nosso pacato país, brando, talvez um pouco indolente, que sempre aparentou ser capaz de proporcionar o aconchego da previsibilidade, afinal, parece já não ser. De repente, ou talvez não, a conformada – e por vezes conformista – serenidade de um povo que amide se revê na máxima *“no news, good news”* é abalada por uma crise identitária de contornos depressivos, que não está em vias de se resolver, antes pelo contrário. A vertigem da perda, de “chão a fugir debaixo dos pés”, que atravessa a sociedade portuguesa, tem várias causas, mas assenta, muito em particular, na crescente desconfiança dos portugueses relativamente às instituições

democráticas, que estão sob escrutínio num contexto de grande fragilidade. Não façamos confusões. Os políticos, porque exercem o poder, sempre estiveram, e estarão sempre, sobre grande pressão e desconfiança por parte da generalidade das pessoas, que lhes exigem sempre mais e melhor, no plano ético e no plano político. É normal que assim seja, em democracia. Mas quando cerca de 80 por cento dos portugueses afirmam em sondagens que não confiam nada nos políticos e quando a sua grande maioria olha para o futuro com medo e sem esperança, é caso para o problema passe a ser olhado com renovada seriedade e preocupação.

É a classe política que tem que dar respostas aos problemas que afectam a democracia, não são os tribunais – não podem ser –, ou a sociedade civil que vão resolvê-los. E deve fazê-lo sem complexos. É bom não esquecer que a classe política foi, nos últimos trinta anos, um dos elementos mais dinâmicos na nossa sociedade e que a si se deve, em grande parte, a transformação radical que Portugal viveu no espaço de uma geração. Mas, a democracia, porque se sustenta exclusivamente na lei, nas autoridades legitimadas e na confiança dos eleitores – e não em qualquer máquina repressiva e de censura, como nas ditaduras – está sempre fragilizada face aos populismos e necessita de se credibilizar continuamente junto dos cidadãos, apresentando-se sempre de cara lavada, no plano ético, e com soluções eficazes e transparentes, no plano político.

Neste contexto, são inaceitáveis atitudes de políticos que se recusam a compreender que muito do respeito e da confiança que as pessoas continuam a nutrir pelas instituições representativas dependem do conjunto das atitudes individuais, no plano político e ético, dos próprios políticos. Desta perspectiva, o episódio da fuga de Fátima Felgueiras, ele próprio a crónica de uma tragédia anunciada, permanecerá como uma das situações mais lamentáveis de desonestidade cívica e política de que há memória no Portugal democrático, tanto mais que assenta no fenómeno mais perigoso a que a democracia dá lugar e está sujeita: o populismo “legitimado” pelo voto.

Exige-se aos políticos que, independentemente de não prescindirem dos seus direitos de defesa no plano jurídico, se afastem da política quando há dúvidas fundadas sobre a sua idoneidade para o exercício de cargos públicos. Reconhecidamente, situações há em que não é fácil definir qual a atitude mais correcta a tomar. Porque um político não pode, nem deve demitir-se a partir de qualquer insinuação, sob pena de abrir portas a todo o tipo de manipulações oportunistas e, mesmo, anti-democráticas. Mas este não era manifestamente o caso de Fátima Felgueiras.

Logo quando foi constituída arguida num processo em que é indiciada pela prática de crimes no exercício das suas funções públicas, a única atitude decente a tomar, de respeito pela própria democracia, seria a de se demitir voluntariamente das funções de presidente da câmara. Mas a fuga às autoridades que se seguiu ao decretamento da sua prisão preventiva, embulhada num discurso justificativo de vitimização conspiracionista e de exploração demagógica dos sentimentos mais primários das pessoas a que a apolam, e a todos os títulos inaceitável.

O caso Felgueiras é apenas um caso, entre outros, de comportamentos que minam a confiança nas instituições democráticas e, portanto, do país no próprio país. A recusa de Paulo Portas em abandonar o Governo, mesmo perante as suspeitas que continuamente se adensam à medida que prossegue o julgamento Moderna são desgastantes não apenas para o Governo, mas para a própria democracia, já para não falar da triste novela do sobrinho de Isallino Moraes.

E quando, a crescer a isto, a comunicação social não tem pudor em induzir generalizações, alinhando prazenteiramente na tese de que os políticos são do pior que há no país, estará em parte explicado como é que de um conjunto de situações patológicas, que, por muitas que sejam, são evidentemente excepcionais, se gera a convicção de que todos os políticos são corruptos e todos os políticos são iguais. Mas não são.

[www.paisrelativo.blogspot.com](http://www.paisrelativo.blogspot.com)

## CRÉDITO À HABITAÇÃO

## GOVERNO PLAGIA LEGISLAÇÃO SOCIALISTA

O PS denunciou publicamente um “vergonhoso” plágio legislativo do Governo em matéria de base de dados para controlo dos empréstimos bonificados à habitação.

Na maior desfaçatez, porque “incapaz de combater a fraude nos pagamentos de subsídios para crédito bonificado à habitação”, programa em que a despesa pública terá crescido este ano 27,7 milhões de euros face a 2002, o Executivo copiou o projecto-lei socialista, anteriormente chumbado.

Segundo a secretária-geral da Juventude Socialista, Jámila Madeira, o Grupo Parlamentar do PS apresentou a 7 de Outubro do ano passado um diploma que previa a criação de uma base de dados em que constassem informações a prestar pelas instituições de crédito mutantes em relação a cada um dos contratos de empréstimo bonificado à compra de casa própria. Esse projecto acabou por ser rejeitado logo na generalidade, com os votos contra das bancadas do PSD e do CDS. Nas actas do debate do projecto de lei do PS está registada a intervenção de um deputado laranja que acusa os autores desta iniciativa legislativa de pretenderem criar uma base de dados que se aplicaria “somente aos contratos

existentes, tratando-se de uma intenção mínima em relação ao que poderia fazer”.

Um outro parlamentar “popular” já ainda mais longe na justificação do voto contra o projecto do PS, alegando que “a fraude não se combate com violações às bases de dados pessoais”.

Face às posições assumidas pela direita no passado recente, a líder da JS disse estar “pasmada” com o teor da proposta de lei agora defendida pelo Executivo PSD/PP.

É que, a proposta “autoriza o Governo a legislar em matéria de tratamento e interconexão dos dados constantes das informações a prestar pelas instituições de crédito mutantes em relação aos contratos de empréstimo à habitação bonificado”.

“Para espanto do PS, o diploma que vem em anexo à proposta de lei do Governo corresponde quase integralmente ao projecto de lei do PS que foi chumbado ainda na presente sessão legislativa pela maioria que apoia o Governo”, observou Jámila Madeira.

A propósito da situação de plágio legislativo o parlamentar Joel Hasse Ferreira disse não se lembrar “em muitos anos de actividade parlamentar

de uma desfaçatez tão grande”.

“O plágio feito pelo Governo, além de ser uma vergonha, revela preguiça e a existência de uma incrível falta de coordenação entre o executivo e as bancadas do PSD e do CDS”, acentuou. O deputado do PS afirmou-se ainda “espantado” por não ter havido nenhum elemento do PSD ou do CDS que avisasse o Executivo sobre “a possibilidade da cópia ser descoberta”.

“No Governo, alguém poderia ter contratado um criativo para dar a volta ao nosso diploma. Não acredito que o primeiro-ministro, Durão Barroso, tenha a noção disto, mas é bom que comece a vigiar os seus colaboradores”, acrescentou Joel Hasse Ferreira.

Por sua vez, a ex-secretária de Estado da Habitação Leonor Coutinho acusou ainda os seus sucessores no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação de estarem a preparar-se para se apropriarem da autoria de um livro sobre técnicas de recuperação de edifícios.

“Quando sai do Governo, o livro já tinha sido enviado para revisão de provas. Agora, sei que o vão lançar como obra deste Governo”, apontou a deputada socialista.

MARY RODRIGUES

## DISCUSSÃO PÚBLICA SOBRE ADOÇÃO

## INTERESSE DAS CRIANÇAS EXIGE CONSENSO NA REVISÃO DA LEI

O PS considera desejável que se chegue a um "amplo consenso" com o Governo no objectivo essencial de agilização dos processos de adopção de crianças no nosso país.

A posição foi assumida pelo líder da bancada do Partido Socialista, António Costa e secundada pelo coordenador da comissão nomeada pelo Executivo para a revisão da lei de adopção, Luís Villas Boas, durante uma discussão pública promovida, no dia 12, pelo Grupo Parlamentar, na Assembleia da República.

Na sua breve intervenção, o presidente do Grupo Parlamentar do PS referiu que a lei da adopção tem sido objecto de revisões desde 1976, mas que nenhuma delas acabou por ser suficientemente eficaz para agilizar os processos. Já o juiz conselheiro Armando Leandro advertiu, porém, que a desejada redução dos prazos para a conclusão dos processos de adopção "terá de ser acompanhada por um conjunto de boas práticas por parte das instituições".

Neste contexto, Armando Leandro defendeu que a revisão da lei terá de conservar "uma perspectiva de equilíbrio" face aos pais biológicos das crianças. Também o psiquiatra Daniel Sampaio deixou várias sugestões aos deputados do PS, advertindo que "de pouco valerá proceder-se à revisão da lei de adopção, se as novas medidas não forem enquadradas em políticas eficazes de apoio à família, às crianças e aos jovens".

Tal como o juiz Leandro, Daniel Sampaio considerou essencial a existência de uma estratégia global do Estado Português em relação às instituições que cuidam de crianças e jovens.

O psiquiatra criticou o carácter burocrático da actual lei do divórcio, que, na sua perspectiva, prejudica as crianças, e defendeu a realização de um levantamento nacional sobre as instituições que têm crianças a seu cargo.

"Não basta dar comida e paredes", frisou, posição que também foi partilhada pela magistrada do Ministério Público.

Joana Marques Vidal aceitou a criação de áreas de formação especializada dos magistrados no domínio da adopção, mas alertou os deputados socialistas para a obrigatoriedade de conciliarem as especializações com a antiguidade da carreira de cada magistrado, de forma a evitarem-se polémicas e injustiças. Na discussão pública do diploma socialista, que também contou com a presença do pedopsiquiatra Pedro Strech, do procurador-geral adjunto Rui Epifânio e da provedora da Santa Casa da Misericórdia, Maria José Nogueira Pinto, a deputada Maria do Rosário Carneiro saudou a atenção que a matéria mereceu por parte da assistência que encheu o auditório do edifício novo da Assembleia da República durante todo o dia.

A encerrar o encontro, Maria de Belém Roseira fez a síntese das principais ideias avançadas durante o debate, salientando que "a iniciativa do Partido Socialista foi levada a efeito no sentido construtivo de gerar um espaço para a criação de um consenso alargado" sobre esta matéria, ressalvando porém que "a adopção é apenas um aspecto de uma política global da família e da protecção da infância e da juventude".

"Legislar no caso da adopção não é tudo", sublinhou, destacando também a "transversalidade da intervenção" exigível neste *dossier*, pois o encaminhamento de crianças para novos núcleos familiares implica uma diversidade de competências e recursos técnicos, a que depois se acrescenta a "possibilidade de supervisão".

Preocupada com as desigualdades sociais na avaliação de casos de adopção, Maria de Belém juntou a sua voz à daqueles que, ao longo do debate, tinham chamado a atenção para a "indispensabilidade da implementação de boas práticas na actuação das equipas competentes, aplicáveis a nível nacional" e para a necessidade da formação específica de magistrados.

MARY RODRIGUES

## PROJECTO DE LEI PARA REVITALIZAR CASA DO DOURO

O Grupo Parlamentar do PS apresentou um projecto de lei que contempla um conjunto de inovações para revitalizar a Casa do Douro.

Visando ultrapassar o "imobilismo" do actual Governo face a esta instituição durienese, "a mais importante instituição, em termos sociais, económicos e sociais, da região demarcada do Douro", o diploma dos deputados socialistas dos círculos de Viseu, Bragança, Guarda e Vila Real introduz um amplo leque de alterações aos estatutos desta associação pública, ao nível das atribuições e competências, dos órgãos dirigentes e da actividade empresarial, da gestão e do pessoal.

Os parlamentares do PS referem ainda que todas as inovações incluídas no projecto de lei têm como objectivo promover o debate em plenário e em comissão especializada, cabendo ao Governo a apresentação, com carácter de urgência, de uma, ou mais, iniciativas legislativas, de forma a que a Assembleia da República possa, ainda antes do Verão, aprovar os novos estatutos da Casa do Douro.

## INICIATIVA LEGISLATIVA

## PS QUER JULGADOS DE PAZ A MEDIAR CASOS DE SOBREENDIVIDAMENTO

O Partido Socialista apresentou um projecto de lei no Parlamento que visa evitar a declaração de insolvência das pessoas singulares, com a atribuição aos Julgados de Paz da mediação dos casos de sobreendividamento.

Apresentado no mesmo dia em que esteve em discussão na Assembleia da República (AR) a proposta de lei do Governo sobre a insolvência das pessoas colectivas e singulares, o projecto do PS pretende ser um travão à intenção do Governo, segundo o deputado José Magalhães, de "tratar as famílias como empresas a abater".

Em conferência de imprensa, José Magalhães, que se encontrava acompanhado pelos seus colegas de bancada Osvaldo Castro, Joel Hasse Ferreira e Acácio Barreiros, salientou que um dos principais objectivos desta iniciativa legislativa socialista é introduzir na lei uma diferenciação entre o regime de insolvência aplicada às pessoas singulares e às colectivas.

O PS pretende que as pessoas em situação de sobreendividamento passivo, ou seja, as pessoas que por circunstâncias imprevisíveis, tais como desemprego, doença, divórcio, deixem de poder pagar as suas dívidas, possam recorrer aos Julgados de Paz – um mecanismo extrajudicial de resolução de conflitos.

A função dos Julgados de Paz será a de promover, através de mediação ou



sentença judicial, a aprovação de um plano de reestruturação da dívida, de modo a reintegrar essas pessoas social e economicamente.

A escolha dos Julgados de Paz enquanto mediadores é justificada pelo PS com a necessidade de celeridade do processo, de proximidade, que permita a participação das partes na decisão, e de proporcionalidade, no sentido de adequar os meios à gravidade do litígio.

Condições que os tribunais comuns, segundo o deputado Osvaldo Castro, não poderão garantir, dado estarem sobrecarregados de processos.

Os socialistas consideram por isso o recurso à mediação dos Julgados de Paz uma boa alternativa ao processo judicial, alegando que uma solução

negociada entre credores e devedores tem mais hipóteses de ser bem sucedida do que uma solução imposta.

Segundo o PS, o alargamento da rede de Julgados de Paz pretende aproveitar as instituições já instaladas numa lógica de economia de meios e recursos do Estado.

Entretanto, a proposta de lei do Governo, que prevê um regime de insolvência igual para empresas e pessoas singulares, foi também alvo de fortes críticas de Osvaldo Castro numa intervenção no Parlamento.

"O Governo preferiu trilhar o caminho da uniformização do processo de insolvência encaixando na mesma bitola, e nas suas grandes linhas, empresas e particulares, tratando por igual o que é desigual: e assim desconsiderando as empresas e fragilizando os particulares", referiu o deputado do PS.

Salientando que no escopo central de toda a filosofia do diploma está a "liquidação do património dos particulares e liquidação do património das empresas", Osvaldo Castro afirmou que a proposta de lei do Governo, que classificou de "imprudente" e "irrealista", vai "agudizar a tragédia humana de milhares de famílias" e ainda "afundar no caldeirão da desgraça, de forma célere e abrupta, milhares de empresas portuguesas".

J. C. CASTELOBRANCO

## DELINQUÊNCIA DE JOVENS ADULTOS

## SOCIALISTAS PROPÕEM PENAS DE SUBSTITUIÇÃO ÀS DE PRISÃO

Os socialistas querem evitar, na medida do possível, a aplicação de penas de prisão a jovens entre 16 e 21 anos. Esta é um dos objectivos principais do projecto de lei que a bancada do PS apresentou, no passado dia 9, no Parlamento.

Esta diferenciação "permitirá a reorientação da execução das penas" no que respeita a matérias problemáticas, designadamente a alfabetização e a escolaridade, a iniciação de actividades laborais e de formação profissional, o apoio e enquadramento psicológico, a toxicod dependência e a constituição de comunidades de interesse.

O projecto de lei do PS parte do pressuposto que o direito penal dos jovens adultos deve surgir como uma categoria própria, envolvendo um ciclo de vida, para evitar que o direito dos jovens delinquentes seja "uma parede falsa" entre o direitos dos menores e o direito dos adultos.

O diploma, ao nível da criminalidade geral, prevê que haja uma atenuação especial da pena quando o tribunal considerar que a idade, no momento

da prática do facto, por si ou associado a outras circunstâncias, "diminui por forma acentuada a ilicitude, a culpa do agente (jovem) ou a necessidade da pena".

No que diz respeito à liberdade condicional, os socialistas propõem que se baixe "os limiares do cumprimento de pena" de prisão, o que fica dependente de factores como maior capacidade de reintegração social dos jovens adultos e o tipo de criminalidade associada a certas idades.

Ao nível da pequena e média criminalidade, o diploma vai no sentido da aplicação de penas de substituição (da prisão). Em primeiro lugar, alargando o âmbito de aplicação das penas de multa, de prestação de trabalho a favor da comunidade e de admoestação, bem como prevendo "um sistema mais flexível" para a conversão da multa não paga.

Em segundo lugar, cria três novas penas de substituição: a colocação do jovem nos dias livres num centro de detenção, a colocação em regime de semi-internato num centro de detenção ou o

internamento em centro de detenção.

"Quer evitar-se a aplicação da pena de prisão, ampliando o número de penas de substituição detentivas e adequando-as às especificidades dos jovens adultos", refere o documento.

A ideia é substituir a pena de prisão não superior a seis meses por dias livres em centro de detenção e a de três anos por colocação em centro de detenção em regime de semi-internato.

O internamento do jovem adulto em centro de detenção substitui a pena de prisão aplicada em medida não superior a cinco anos.

Os centros de detenção deverão possuir uma configuração arquitectónica que os distinga das prisões, salvaguardando os aspectos relativos a segurança e deverão ser localizados em espaços urbanos e disseminados pelo País.

O diploma prevê ainda que, quando aplicada a jovens adultos, a pena de prisão é, em qualquer caso, "executada em estabelecimentos especificamente destinados a jovens ou em secções de estabelecimentos prisionais comuns afectadas a esse fim".

## GOVERNO QUESTIONADO SOBRE MODERNIZAÇÃO DA LINHA DA BEIRA BAIXA



Fernando Cabral e Pina Moura dirigiram um requerimento ao ministro das Obras Públicas, solicitando informações sobre a fase em que se encontra o projecto de modernização da linha férrea da Beira Baixa. Os parlamentares socialistas sublinham a importância estratégica da linha da

Beira Baixa dado tratar-se da principal alternativa de ligação à rede transeuropeia ferroviária caso exista algum impedimento da linha da Beira Alta, acrescentando que "não existem, no entanto, nenhuma notícia que em relação ao distrito da Guarda se estejam a desenvolver trabalhos sobre

este projecto".

No documento, os deputados socialistas consideram ainda que "a modernização e electrificação da linha férrea da Beira Baixa em toda a sua extensão é uma obra fundamental para o desenvolvimento das regiões que atravessa".

### AVIS

## SOCIALISTAS CONTRA REDUÇÃO DE HORÁRIO NO CENTRO DE SAÚDE

Os deputados socialistas Miranda Calha e Zelinda Marouço Semedo apresentaram um requerimento na mesa da Assembleia da República questionando o Governo sobre a redução do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Avis.

Os socialistas consideram que a redução das despesas públicas "não poderá ser feita à custa de sacrifícios dos mais carenciados e desprotegidos", sublinhando ser necessário assegurar "a necessidade de assegurar o acesso durante 24 horas ao centro de saúde para evitar prejuízos daí decorrentes para as populações locais".

No documento, os deputados eleitos pelo círculo de Portalegre questionam o



ministro da Saúde sobre as razões que levaram à redução dos horários de atendimento no Centro de Saúde de Avis

e da exclusão deste concelho no último concurso para a colocação de médicos no distrito.

### USO ILÍCITO DOS MEIOS DO ESTADO

## "SITE" MINISTERIAL PUBLICITA ACÇÕES DO PSD

O Ministério da Segurança Social e do Trabalho, através do seu *site* na Internet, está a publicar acções promovidas pelo PSD de Gaia. A denúncia deste escândalo foi feita por Artur Penedos. Segundo o deputado do PS, o *site* anunciou que o ministro Bagão Félix iria participar (no dia 2 deste mês) numa sessão pública promovida pela concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, o que constitui "uma completa ausência

de separação de poderes entre o Estado e os partidos".

Artur Penedos enviou já dois requerimentos, um para o primeiro-ministro e outro para o Tribunal Constitucional (TC), perguntando, neste último, se "é lícito o Governo usar, com manifesto benefício para o partido ou partidos que o sustentam, os meios do Estado".

O parlamentar socialista questionou

ainda o TC sobre a legitimidade de o Executivo, "aproveitando-se do *site* do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, dar aos cidadãos informações sobre acções partidárias".

No requerimento dirigido a Durão Barroso, o deputado do PS/Porto questiona o sobre se tinha conhecimento dessas práticas do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, e que medidas pensa tomar para as proibir.

## Pelourinho da República



«Miguel Sousa Tavares faz comparações, mas não se atreve a fazer um balanço de dez anos de poder socialista-comunista na Câmara Municipal de Lisboa. Simplesmente decreta, bem à maneira dos democraticamente iluminados Fidel Castro ou da família no poder na Coreia do Norte.»

Santana Lopes  
*Público*, 13 de Maio

«Viva o jornalismo objectivo. M.S.T. fez um balanço de um ano de mandato. Viva Miguel Sousa Tavares, o nosso grande juiz, cheio de autoridade por tudo o que tem dito e feito!»

*idem*

Santana Lopes acha ilegítimo que se faça um balanço do seu primeiro ano de mandato (excepto se for na luxuosa, propagandística e patética brochura que mandou editar pela CML). (...) Queixa-se de que se faça a comparação entre a sua obra(?) e a de quem "esteve seis ou doze anos no poder". Tem remédio fácil para isso, mas não sei se lhe agrada a perspectiva: é ficar lá anos suficientes para mostrar obra que se veja.

Resposta de Miguel Sousa Tavares  
*idem*

«Decididamente, Lisboa não é a Figueira da Foz: não vai lá com meia dúzia de palmeiras a enfeitar a paisagem e um casino à beira-rio. Ah, e as presidenciais ainda tão longe...»

*idem*

«Santana Lopes tem qualidades óbvias: a telegenia, o peso da aparição pública, a imagem, o charme, a simpatia, a ideia de juventude e o dinamismo. Mas quando fica perturbado ou acossado surgem os defeitos, ou seja, o lado pior do seu perfil político. E, neste caso, vieram três: a superficialidade no conhecimento dos "dossiers" – muito "levezinho", para não dizer a ignorância –, a mudança de atitudes e o facto de, quando acossado, ter um estilo truculento e trauliteiro.»

Marcelo Rebelo de Sousa  
*Diário Económico*, 12 de Maio

«As afirmações do professor Marcelo pecam pela falta da verdade e chocaram os colaboradores do presidente da Câmara.

Foram críticas excessivas e que não têm fundamento. O presidente da Câmara é uma pessoa muito bem preparada, letrada, cordial, afável, empenhada e prudente nas decisões que toma.»

Helena Lopes Costa, vereadora de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa  
*Correio da Manhã*, 15 de Maio

«São guerras pessoais, que não deviam ser tratadas num espaço como é o jornal da TVI. Só quem nunca desempenhou cargos executivos é que não sabe como é que as coisas funcionam.»

*idem*

«É um erro na vida política ter falta de pontualidade»

Durão Barroso  
*Público*, 15 de Maio

## ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# SÓNIA FERTUZINHOS QUER DAR VISIBILIDADE ÀS QUESTÕES DA IGUALDADE

*Levar o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) ao encontro das militantes é um dos principais objectivos da nova presidente, Sónia Fertuzinhos, que em entrevista ao "Acção Socialista" fala da sua vontade de trabalhar com as estruturas partidárias e junto da sociedade, porque só assim é possível dar visibilidade às questões da igualdade.*

*Assumindo-se como uma militante da causa das mulheres na política, Sónia Fertuzinhos é da opinião de que não há nenhum projecto político que pretenda promover um desenvolvimento sustentável, ou uma qualidade de vida, que não tenha a visão e a preocupação da igualdade entre mulheres e homens.*

*Sobre a questão das quotas, a recém-eleita presidente do DNMS afirma que "porventura as quotas teriam uma aplicação diferente se a sua imposição ao nível estatutário tivesse sido acompanhada nas bases e nos diferentes órgãos do partido".*

*Com o novo desafio prestes a iniciar-se, Sónia Fertuzinhos revela que conta com o apoio do marido para ficar com os filhos.*



À espera do terceiro filho, a liderança das mulheres socialistas coloca-lhe mais um desafio. Ser mulher e mãe é compatível com uma actividade política tão dinâmica como aquela que tem e por força da sua recente vitória se vai intensificar?

Eu acho que tem que ser compatível, só pode ser compatível. E isso também é um desafio. Acho que a própria política tem vindo a transformar-se à medida que mais jovens, e jovens que também constituem família têm entrado para a política. Estou a lembrar-me de 2009 nos regulamentos da Assembleia ter sido previsto como um motivo para suspensão de mandato a gravidez. Isso só para dizer que a compatibilidade também é um esforço e uma coisa que se vai concretizando à medida que as situações também se forem colocando, e, portanto só faz sentido para mim estar na política, ou estar a fazer o que quer que seja se isso for compatível com a minha vida pessoal e com aquilo que eu também quero para além da política e claramente isso também é um desafio. Mas que eu acho que é possível.

**E de que forma consegue compatibilizar o tempo que dedica aos seus filhos e aquele que vai nascer com a actividade profissional e com a realização pessoal?** Tenho conseguido e acho que de forma satisfatória. Olho para os meus filhos e acho que são crianças simpáticas, equilibradas, que se vê que têm estabilidade emocional, e não me parece que sejam prejudicadas por uma ou outra vez eu não ter o tempo todo. Agora o tempo que temos para além de eu achar que consigo ter tempo suficiente, é um tempo de entrega total, e portanto, entregamo-nos totalmente à família como também me entregamos à política quando é o tempo de estar na política. Esta complementariedade faz com que também tudo seja possível e agradável e que tenha significado.

**Qual foi o apoio, qual foi o auxílio que o seu marido lhe deu na campanha e que**

**está a dar agora?**

Bom, todo, desde logo sendo um entusiasta do meu percurso político, da minha intervenção. Penso que é absolutamente fundamental termos ao nosso lado alguém que tem orgulho em nós, como eu também tenho orgulho nele e, depois, como é óbvio, a partir daí fica com as crianças, ajuda-me a pensar tudo isto e discutimos em conjunto, ajuda-me a afinar as estratégias, os textos. Enfim, é um trabalho muito em equipa, tanto na política como fora da política no contexto de um ambiente familiar saudável e forte.

**Como é que se posiciona na questão género/igualdade versus quotas das mulheres nas listas partidárias?**

Só gosto de discutir este tema desta forma. Acho que esta questão assim colocada permite uma discussão mais lúcida e mais honesta. As quotas são claramente um instrumento de provocação aos partidos. De provocação porque se nós perguntarmos quem é que precisa das quotas, as mulheres ou os partidos, claramente são os partidos. Os partidos em relação à participação política das mulheres estão mais atrasados em relação à participação das mulheres na sociedade. Portanto, as quotas são um instrumento de correcção, de uma evolução que não pode nem é natural dentro dos partidos e é nessa perspectiva que eu vejo as quotas. Se fizemos uma análise factual e objectiva da evolução da participação, por exemplo, das mulheres no grupo parlamentar socialista desde 1995 até agora, vimos que não só tem aumentado a uma velocidade maior, do que aumentou do 25 de Abril até 1995, como vemos também que a qualidade também tem aumentado.

**E atribuiu isso às quotas?**

Não, eu não atribuo isso às quotas mas faço das quotas uma avaliação positiva. Nós gostamos imenso de falar dos países nórdicos como sendo países avançados na questão da emancipação das mulheres e da

**"O departamento tem que ir ao encontro das mulheres socialistas e não tem que esperar que as mulheres socialistas venham ao departamento"**

participação das mulheres em todas as esferas da vida e, nomeadamente, na esfera da decisão política, e esquecemo-nos muitas vezes que esses países têm desde há muito tempo quotas e ainda têm e índices de quarenta e tal por cento. Lembro também que a ONU fez há pouco tempo um estudo que nos dizia que no mundo inteiro o tempo que nos daria para chegar à paridade ao actual ritmo de evolução da participação das mulheres na política seria de cerca de 103 anos. Ora, eu acho que nós não podemos esperar 103 anos e o Partido Socialista seguramente também não.

**É uma militante da causa das mulheres na política, ou foram as circunstâncias que a empurraram, por assim dizer, para a candidatura a este lugar à liderança do Departamento das Mulheres Socialistas?**

Eu sou uma militante e uma convicta de que não há projecto político que pretenda promover um desenvolvimento sustentável, ou sustentado, ou uma qualidade de vida na nossa sociedade que não tenha a visão e a preocupação da igualdade entre mulheres e homens. É completamente diferente - e dou exemplos muito concretos disso - um projecto político para a nossa sociedade que tenha como ponto de partida as mulheres e os homens e outro que não o tenha e isso é

claramente visível se nós estudarmos, por exemplo, o que se passou com o actual Código do Trabalho, o que foi aprovado na Assembleia da República. Temos um Código do Trabalho que apesar do Governo actual no seu programa, enfim, ter umas linhas de orientação em matéria de igualdade com as quais nós estamos de acordo, tem uma prática que não só não corresponde como é antagónica. Temos um Código do Trabalho que faz duas coisas que são gravíssimas para a nossa sociedade, para o nosso desenvolvimento e para o nosso equilíbrio social e qualidade de vida. Por um lado, aprofunda aquilo que não é possível e que tem que se combater, de forma saudável como é óbvio, que é a divisão de papéis exclusivos para homens e para mulheres, porque é nessa divisão que tem assentado a desigualdade e tudo aquilo que tem que ver com as discriminações, e ao fazer isto não serve a sociedade, porque a sociedade tem evoluído num sentido contrário. E, portanto, a nossa responsabilidade é esta: ou temos consciência do que se está a passar na sociedade, em que as mulheres claramente não vão voltar para casa, em que os homens precisam pelo seu lado também de ver os seus direitos na família valorizados e assim temos um equilíbrio social que promove a qualidade de vida; ou não tendo estas questões bem assumidas e não respondendo às mesmas questões, estamos a desproteger no fundo as pessoas, estamos a não criar condições de segurança e de promoção de bem estar nas suas vidas quotidianas. Por isso mesmo, é que convictamente acredito, que é completamente diferente assumirmos um projecto. Nesta perspectiva, queria sublinhar que enquanto Governo o PS assumiu esta questão como nunca nenhum outro o tinha feito.

**Como é que reage à acusação que lhe fazem de carreirismo?**

Eu acho que quem está na política corre sempre o risco de, quando vai tendo algum sucesso, ter esse tipo de acusações. Mas

também acho que aqueles e aquelas que conhecerem um pouquinho do meu percurso e conhecerem um pouquinho da forma como esse percurso tem acontecido percebem que isso não corresponde à realidade. Eu própria faço, digamos assim, uma avaliação e acho que tenho essa capacidade de fazer uma avaliação crítica de mim própria e acho que eu só estou nas coisas se valer a pena e claramente vale a pena estar na política, vale a pena estar no PS, se conseguirmos a cada momento ter a convicção de que introduzimos alguma coisa, que damos alguma coisa e é só nesse sentido e nesse espírito que eu colaboro. E já agora, deixe-me só dizer que esta campanha foi bem o exemplo, e isso foi muito gratificante para mim de como a política pode ser positiva, pode ser construtiva e pode despertar o sentido de voluntarismo que às vezes achamos que já desapareceu da política porque é tudo muito pensado, tudo muito marketing, tudo muito pago. Nesta campanha eu tive, tenho que o dizer - não seria grata se não o fizesse - eu tive um conjunto de camaradas nossas, uma boa parte já na reforma, que poderiam estar completamente tranquilas que andaram comigo para todo o lado, que ficaram até às tantas da manhã a colar autocollantes e etiquetas, que vestiram e vestimos todas a camisola porque gostávamos de construir e participar na construção de um departamento que valesse a pena e que no fundo ele próprio fosse também um sinal do PS que nos faz militar e que nos faz desejar aquilo que qualquer pessoa que tem qualquer tipo de intervenção cívica quer: conseguir dar e participar um bocadinho na mudança. Este projecto é única e exclusivamente para isso.

**Sendo que as mulheres são a maior fiação eleitoral em Portugal, como é que acha que pode ajudar o Partido Socialista a passar a mensagem política junto das portuguesas?**

Eu acho que há duas fórmulas para fazer isso, que se reflectiram na nossa campanha. Houve duas preocupações essenciais na preparação

da nossa candidatura e na preparação da campanha. Uma questão essencial foi privilegiar a eleição como um momento de exigência. Se vamos contactar as 18 mil e 23 militantes no sentido de obtermos o seu voto, esse voto tem que significar muito mais do que isso, tem que significar o seu envolvimento, tem que significar o criar de um espaço para esse envolvimento e era absolutamente fundamental ouvirmos essas

sentido vasto tem que ser mais democrática. Só assim é que o século XXI consegue ser o século das mulheres. E só assim também é que nós podemos servir as necessidades do desenvolvimento deste século, que precisam desta visão para garantir melhor qualidade de vida. Não vale a pena pensarmos que conseguimos melhor qualidade de vida se não assumimos politicamente estas questões como questões prioritárias, e não é por acaso que a

sociedade, e porque é um reflexo da sociedade também tem que incorporar dentro de si estas questões. Há também uma questão que eu considero absolutamente essencial que são as questões da maternidade e da paternidade. O Código do Trabalho é lamentável desse ponto de vista. É mesmo revoltante.

Isso releva novamente para a igualdade de género?

**partido atribuiu às mulheres? Qual é o seu posicionamento relativamente a esta sempre complicada gestão?**

Essa pergunta permite-me também responder a uma questão que foi colocada sistematicamente nas conversas com as militantes, que era, qual é a capacidade de influenciar deste departamento. Nós podemos fazer um trabalho muito bonito, um trabalho muito simpático, mas qual é a nossa capacidade de o transportar para aquilo que são as orientações e as decisões e a acção do Partido Socialista. Na questão particular das listas, eu lembrava só uma coisa. É que mesmo nas quotas, que nós aparentemente damos como adquirido, tanto quanto eu me pude aperceber nas voltas que dei ao País que coincidiu com as eleições para as federações, muito poucas federações cumpriram as quotas para os órgãos das federações. Nas eleições legislativas, está a acelerar que se cumpre, embora também,

um exprimir o que pensava sobre as quotas e tornasse possível ao partido fazer a pedagogia sobre as quotas. Os momentos de 2004, vão ser momentos que eu espero não ter que ser sozinha a reivindicar numa qualquer Comissão Política essa questão. Espero conseguir envolver as militantes e os militantes na discussão das listas, e isto é muito importante porque o departamento claramente não pode funcionar fechado. Há questões que atingem mais as mulheres mas que têm repercussões e que a sua solução passa por um enquadramento na sociedade e por uma discussão mais ampla e mais abrangente porque tem repercussões no dia-a-dia que não afectam só as mulheres.

**Está a sugerir que o partido, porventura, possa evoluir para a criação de uma estrutura de paridade interna?**

Eu acho que isso é um caminho que tem que ser discutido e que eu veria com muito bons olhos porque as questões da igualdade não podem ser assumidas só pelas mulheres, têm que ser assumidas pelo partido e o partido são os homens e as mulheres, e portanto, o departamento nesta fase tem que fazer este trabalho de proximidade como eu disse, com o objectivo de evidenciar estas questões, e com o objectivo de as transportar e de as tornar também evidentes naquilo que é a acção do Partido Socialista. Mas o nosso trabalho tem sempre que envolver o PS e os militantes e as militantes, só assim é que faz sentido e só assim é que temos sucesso.

**Há diferenças entre as armas políticas usadas no feminino ou usadas no masculino?**

Quando me perguntam qual a diferença da política no feminino, eu normalmente não acho que faça muito sentido essa pergunta. Desde logo porque a questão não é a diferença, é uma questão de direito. A humanidade são homens e são mulheres, portanto por essa razão devemos estar homens e mulheres na política e daquilo que tem sido o meu percurso também tenho podido ver que há momentos em que as armas que os homens e as mulheres usam são exactamente as mesmas, e isto nem sequer vale a pena pensarmos se é bom ou se é mau, o que é bom é que as mulheres e os homens estejam na política e o que é bom é que em conjunto consigamos construir uma forma de fazer política, que por um lado a dignifique e no momento actual em que vivemos esta é uma questão absolutamente essencial e que nos temos que discutir pensar seriamente e que por outro lado façam com que a política seja e os partidos políticos existam para aquilo que foram criados, que é para servir os cidadãos e nós só servimos os cidadãos e só servimos o nosso país, o desenvolvimento do nosso país se formos capazes de estar na política por amor à camisola, por amor à participação, e por amor à capacidade e à vontade de mudar.

**Como mulher e política como é que vê o caso Fátima Felgueiras?**

Vejo o caso da Fátima Felgueiras, como um caso que mostra bem, por um lado, como um dos exemplos das muitas crises que neste momento põe em causa a política da forma mais crua e dura que podemos ver, e, por outro lado, também põe em causa o nosso próprio sistema de justiça e de alguma forma e porque o caso não é isolado, o poder autárquico e tudo aquilo que o envolve e que no fundo também abala a nossa sociedade e a nossa confiança enquanto cidadãos. Afinal podemos confiar em que, que garantias é que temos de que podemos confiar, acho que há várias frentes não há só a frente da política, como não há só a frente da justiça e temos que saber mais do que usar este ou aquele caso como arremesso político, temos que saber avaliar isto com grande objectividade e com grande serenidade, sobretudo para perceber o que é que podemos fazer para restabelecer a confiança e para restabelecer o bom ambiente em todas estas áreas.



**“As questões da igualdade não podem ser assumidas só pelas mulheres”**

devamos dizer em abono da verdade, que não temos conseguido aplicar melhor as quotas restringindo a sua aplicação ao quarto ou ao oitavo, ao décimo segundo, e portanto, tem sido uma aplicação que mostra e evidencia como são difíceis estas questões no nosso partido, que só conseguimos dar aqueles lugares, os últimos do que é possível, ou do que é exigível neste caso. Nas federações nem isso conseguimos fazer. Esta questão não tem que ser minha como presidente, tem que ser minha e tem que ser das militantes socialistas que nos lugares que ocupam e que como militantes de base entendem esta questão como importante e têm que a entender e também são capazes de aos diferentes níveis chamar a atenção e levantar a discussão sobre isto. Também acho muito sinceramente que todo este trabalho tem que assentar a sua força e capacidade de influenciar no envolvimento das militantes. É completamente diferente eu aparecer com uma medida e apresentá-la no Secretariado Nacional sozinha, ou no congresso, do que aparecer uma medida que foi previamente debatida e aprovada e é portanto, sentida também como sua pelas militantes e até pelos militantes. A questão das quotas se calhar tem que se fazer agora uma coisa que já deveria ter sido feita antes. Penso que, porventura, as quotas teriam uma aplicação diferente se a sua imposição ao nível estatutário tivesse sido acompanhada por um debate nas bases e nos diferentes órgãos do partido, que tornasse possível cada

militantes antes de qualquer outra coisa, e portanto, essa era uma questão chave. Esta questão-chave prende-se com uma segunda questão, que é a forma como nós organizámos e trabalhamos nesta campanha, é exactamente a mesma forma que vamos trabalhar, quando assumirmos funções. Quisemos fazer antes e testar antes aquilo que pretendíamos fazer depois.

**Quais são os seus projectos para o departamento?**

Há aqui dois tipos de projectos, digamos assim. Há um tipo de projecto que é claramente de reorganização interna. A estrutura tem que ser uma estrutura dinâmica, de intervenção no sentido de proximidade. O departamento tem que ir ao encontro das mulheres socialistas e não tem que esperar que as mulheres socialistas venham ao departamento, e depois junto das mulheres socialistas o trabalho tem que ser feito com as estruturas do secretariado e junto da sociedade. O PS e o departamento têm que estar com as pessoas junto delas, onde elas sentem os seus problemas. Só assim nós conseguiremos dar visibilidade às questões da igualdade. Porque as questões da igualdade de oportunidade, são questões que têm pouca visibilidade por natureza. Não estamos a falar dos grandes direitos do fim do século XIX, início do século XX, das sufragistas em que era o direito à liberdade completamente, estamos a falar de aperfeiçoamentos da nossa organização social.

**Até porque o século XXI é o século das mulheres...**

O século XXI é o século das mulheres, mas para ser o século das mulheres precisamos de tornar evidente que é possível fazermos melhor a nossa organização social, e por organização social temos a organização propriamente dita da sociedade, a forma como pensamos as sociedades, a forma como pensamos a vida familiar e dentro da vida familiar a forma como nos olhamos uns aos outros, como nos vemos, como nos interrelacionamos. Esta organização social no

**“O Código do Trabalho é lamentável sobre as matérias da maternidade e da paternidade”**

ONU nos objectivos do desenvolvimento para o milénio assume como um dos pilares de desenvolvimento a questão da igualdade entre mulheres e homens. O nosso trabalho tem que servir determinado tipo de objectivos. Em primeiro lugar evidenciar que o próprio Partido Socialista tem dentro de si e na sua acção, de uma forma transversal, a preocupação da igualdade entre mulheres e homens. Não vale a pena pregar lá para fora aquilo que não somos capazes de fazer cá dentro, e portanto claramente o PS é também um reflexo da

Releva para a igualdade e sobretudo no sentido de promovermos a maternidade, mas promovendo ao mesmo tempo o valor social da paternidade, coisa que este Governo claramente não o fez, antes pelo contrário. Portanto, se à partida esta parece uma questão ultrapassada e adquirida, não está de todo e é preciso voltar a ela. Há também uma questão que eu considero extremamente importante, que é a violência. As questões da violência têm que ser claramente estudadas e claramente acompanhadas, mas depois há também a questão da conciliação que é absolutamente uma questão chave.

**A partir das novas responsabilidades que agora tem no Partido Socialista, restringia-me a uma que se vai pôr com a acuidade em 2004 e em 2005, que tem a ver com o posicionamento das mulheres nas listas do Partido Socialista. Vai reivindicar mais lugares, vai reivindicar o integral cumprimento das quotas que o**

## DEPARTAMENTO DE MULHERES SOCIALISTAS

# SÓNIA FERTUZINHOS VENCE ELEIÇÃO

A deputada socialista pelo distrito de Braga Sónia Fertuzinhos é a nova líder do Departamento das Mulheres Socialistas (DMS), sucedendo no cargo à ex-provedora da Santa Casa da Misericórdia, Maria do Carmo Romão.

Realizadas nos dias 9 e 10 de Maio, estas foram as primeiras eleições directas para a presidência do DMS, na sequência dos novos estatutos aprovados no último congresso nacional.

Num universo de cerca de 17 mil militantes do PS do sexo feminino, votaram no Departamento das Mulheres Socialistas cerca de 25 por cento do total de inscritas nos cadernos eleitorais.

Segundo os estatutos, as comissões políticas distritais têm um prazo de cinco dias para enviarem para a sede nacional os resultados das eleições para a presidência do DMS, razão pela qual os resultados oficiais só serão anunciados a meio desta semana.

Segundo resultados provisórios, a candidata Celeste Correia foi a segunda mais votada, seguindo-se Carolina Tilo de Moraes e Maria

José Matos.

Os resultados ainda não oficiais permitem concluir que Sónia Fertuzinhos vai eleger catorze dos 30 mandatos do futuro Conselho Consultivo das Mulheres Socialistas, Celeste Correia 10, Carolina Tilo de Moraes quatro e Maria José Matos dois.

A nova presidente do DMS é deputada do PS desde 1997 e frequente o mestrado de Ciência Política da Universidade Católica Natural de Guimarães, mãe de dois filhos (espera um terceiro), Sónia Fertuzinhos identifica-se com uma linha do PS no centro-esquerda e apoiou “convictamente” as políticas sociais e paritárias do ex-primeiro-ministro António Guterres, tendo estado na primeira linha em defesa da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

A nova líder do DNMS é ainda fundadora e membro do Secretariado Executivo do Fórum Interparlamentar Europeu para as questões da população e do desenvolvimento.

## EUROPA PRECISAMOS DE AUDÁCIA!

*A igualdade entre Estados tem de ser compatível com o fim do veto e com a recusa dos egoísmos nacionais.*

A Constituição Europeia está no momento decisivo da sua redacção. É natural que surjam dúvidas e perplexidades. Apesar de todos os avanços já alcançados, agora é o momento da verdade, é a questão do poder e da influência no seio da União alargada que está em causa. Dai que tudo se possa ainda ganhar ou perder nesta fase do importante método convencional. Assim, a questão fundamental que neste momento se coloca é a de sensibilizar e convencer os cidadãos europeus relativamente a uma solução institucional que evite qualquer sentimento de perda relativamente às duas igualdades incindíveis que têm de ser a marca da democracia supranacional europeia – a igualdade dos cidadãos e a igualdade dos Estados.

O problema não é o do antagonismo entre grandes e pequenos países – mas o de garantir que todos aceitem a legitimidade de uma soberania compartilhada. E não tenhamos dúvidas de que a questão demográfica é o ponto crucial no debate europeu actual. Mais importante do que a rotatividade das Presidências do Conselho Europeu é a garantia de que uma União de Estados livres e soberanos só pode funcionar de acordo com a vontade e o interesse comum dos Estados e dos povos. E temos de compreender que esta União envolve dois conceitos complementares de soberania – de um lado, as soberanias nacionais e, de outro, uma soberania europeia compartilhada. E qual o objectivo desta soberania europeia? É a defesa e salvaguarda de um espaço de segurança e de paz, de desenvolvimento sustentável e de diversidade cultural. Dai a necessidade de haver instrumentos e instituições eficazes, que permitam à União Europeia ter voz e ser respeitada na cena internacional.

Os pais fundadores da União Europeia puderam contar sobretudo com um método funcional, assente em pequenos passos, que não atingia explicitamente a organização constitucional dos Estados. Quando houve limitações indiscutíveis das soberanias nacionais puderam contar com a memória fresca da última grande guerra ou com as ameaças visíveis da guerra fria. Hoje, os novos passos da Europa política envolvem o reforço do método comunitário e novos compromissos constitucionais, mas a memória das atrocidades da guerra dilui-se e as ameaças, depois de 1989, tornaram-se muito difusas. Eis porque é difícil encontrar um denominador comum dentro da velha pequena Europa e na outra Europa saída da esfera soviética.

A divisão europeia obriga a que recusemos dois caminhos igualmente perigosos – o de deixar tudo na mesma (porque então repetir-se-á tudo aquilo que temos presenciado) e o de dar um salto no escuro que não seja compreendido pelos cidadãos. Em ambos os casos estaremos a perder tempo – porque, mais tarde ou mais cedo, teremos de voltar ao exercício, não se sabe em que condições e em que circunstâncias. É, assim, defensável que o Conselho Europeu mantenha a actual rotatividade semestral, desde que se encontrem nos Conselhos sectoriais formas mais estáveis de coordenação, com especial atenção para o Conselho legislativo, que deverá apontar desde já para uma lógica senatorial – como forma de garantir a dupla legitimidade dos Estados e dos povos. As soluções a encontrar terão, no fundo, de ser claras, audaciosas e de ser compreendidas pelos cidadãos europeus – que não desejam um Super Estado nem querem reconstruir uma burocracia centralista e incontrolável. Nesse sentido, a lógica dos círculos concêntricos e das cooperações reforçadas tem de ser salvaguardada. Quanto à Comissão insista-se em ideias muito simples: (a) tem de ser o órgão executivo por excelência; (b) tem de ser o garante do método comunitário; (c) deve ser eleito pelo Parlamento Europeu, sob proposta do Conselho Europeu, tendo em conta os resultados eleitorais para o Parlamento Europeu (como vem proposto, em bem, pelo Presidium); e (d) deve ter um membro por país membro (como defende a Comissão), cabendo ao Presidente proceder à respectiva organização interna, no sentido da eficiência e da funcionalidade.

Neste momento, mais importante do que ter posições reactivas ou puramente defensivas é encontrar um denominador comum que de aos cidadãos europeus uma noção de eficácia e de legitimidade. Estados e povos têm de estar presentes. A igualdade entre Estados tem de ser compatível com o fim do veto e com a recusa dos egoísmos nacionais. Mas a legitimidade nacional não pode desaparecer. Eis porque somos chamados à audácia de construir uma Europa política, com visibilidade e sentido democrático – em que os europeus se sintam representados e em que as competências comunitárias correspondam, de facto, a valores e interesses verdadeiramente comuns.



**GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

Opinião

## BARROSO DESMENTIDO SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRECTOR-GERAL

O comissário europeu Niel Kinnock contrariou categoricamente na semana passada no plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo o primeiro-ministro, Durão Barroso, que recentemente afirmou na Assembleia da República que a nomeação de um director-geral português na Comissão Europeia teria sido "uma vitória diplomática do seu Governo".

Respondendo a uma pergunta do eurodeputado Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa, o comissário afirmou que "seria completamente errado alguém acreditar que as opiniões dos governos nacionais sobre a nomeação de altos funcionários pudessem pressionar a Comissão Europeia".

Para Carlos Lage, a partir do momento em que Durão Barroso fez aquela afirmação na Assembleia da República, colocou-se logo a questão de esclarecer se a nomeação teria resultado "apenas do valor do candidato face a critérios de mérito, igualdade de oportunidades e equilíbrio geográfico", ou se seria pela referida pressão que foi referida pelo



chefe do Governo.

Neste sentido, o comissário responsável pela Direcção-Geral do Pessoal e da Administração considerou que a escolha foi feita com base "no mérito do candidato português" e "procura de equilíbrio entre nacionalidades".

O comissário, inclusivamente, remeteu para o anterior Governo a pressão para

que se nomeasse um alto funcionário português. Quando em Setembro de 1999 um alto funcionário foi transferido do cargo de director-geral para o chefe de gabinete do comissário António Vitorino, os governos portugueses abordaram sucessivamente a Comissão sobre os desequilíbrios que consideravam existir ao nível da representação de Portugal nos lugares de chefia do executivo comunitário.

"Trata-se de uma atitude habitual da parte dos Estados-membros, que não é irregular", esclareceu Kinnock, acrescentando que, no entanto, cabe à Comissão decidir "de forma totalmente independente quanto às nomeações de funcionários, sempre no respeito pelos regulamentos de pessoal e unicamente no interesse da própria instituição".

Para Carlos Lage, a resposta do comissário foi "clara e precisa". "Ficou claro depois das palavras do comissário que nenhum Governo, nenhum primeiro-ministro, podem daqui tirar qualquer pequena exaltação ou autocongratulação nacional, como se se tratasse de um feito heroico".

### MANUEL DOS SANTOS

## INVESTIMENTOS E DESPESA DE QUALIDADE DEVIAM FICAR DE FORA DO DÉFICE

Os investimentos e a despesa pública de alta qualidade deveriam ser retirados do cálculo do défice (a chamada "regra de ouro"), de forma a dar coerência e harmonia a todas as políticas, instrumentos e objectivos que resultam das recentes iniciativas em matéria de política económica, defendeu no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Manuel dos Santos, durante a discussão do relatório sobre as Orientações Gerais da Política Económica (2003-2005).

A introdução desta regra de "forma mitigada", como defendeu o eurodeputado, além de ser útil, constituiria uma reacção "ao completo disparate em que

se traduz a recusa da Comissão em aceitar um défice gerado pelo bom investimento, acompanhado pela contenção da despesa de menor qualidade, como um instrumento de política anticíclica".

Manuel dos Santos criticou também aquilo que designou como uma postura tímida da Comissão em relação às Orientações Gerais de Política Económica, na medida em que a Europa atravessa uma conjuntura de "estagnação económica grave, profunda e demorada", pelo que deveriam ser valorizadas de forma mais ambiciosa as reformas estruturais".

A propósito da divulgação, no Conselho ECOFIN, da impossibilidade de a França e a Alemanha cumprirem formalmente o critério do défice este ano, o eurodeputado disse ser significativo que a Comissão Europeia se tenha "limitado a anotar o facto, não sentindo necessidade de concretizar recomendações mais severas aos dois países".

Considerou ainda que os défices públicos deveriam ser avaliados com flexibilidade, tendo em conta elementos essenciais como o nível da dívida global de cada Estado, as necessidades de investimento público e as exigências decorrentes do envelhecimento da população".

### HELENA TORRES MARQUES

## SOCIALISTAS QUEREM TURISMO CONSAGRADO NA FUTURA CONSTITUIÇÃO

A ausência de qualquer referência ao turismo nos artigos propostos para a futura Constituição da União Europeia foi esta semana fortemente criticada pela eurodeputada Helena Torres Marques, durante a sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Considerando a indústria do turismo como uma das actividades com melhores perspectivas para a criação de empregos e de riqueza na Europa, a eurodeputada, falando em nome do Grupo do PSE, disse ser "incompreensível a falta de reconhecimento político e de meios de intervenção



que se verifica nos actuais tratados, bem como a ausência de qualquer referência ao turismo no articulado da nova Constituição, apresentada pelo Presidium na Convenção". Pior do que isto, só o facto de nem sequer se propor a manutenção do pouco que foi conseguido nos Tratados vigentes.

"Nós, no Parlamento Europeu, mantemos a nossa posição de querer que o turismo tenha uma consagração expressa na primeira parte da futura Constituição, relativa à política da União", sublinhou.

## FERRO RODRIGUES NO DIA DA EUROPA

## LÓGICA FEDERAL SERÁ A MELHOR VIA PARA A IGUALDADE ENTRE ESTADOS

No Dia da Europa, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que não há que ter receio de fazer o caminho em direcção a uma Europa federal, se vier a verificar-se ser esse o modelo que melhor serve os Estados-membros e os seus cidadãos numa União alargada. Ferro Rodrigues abordou ainda os actuais desafios que a União Europeia enfrenta e criticou duramente a linguagem dúctil do Governo do PSD/PP em relação à Europa, que teoriza uma coisa e depois na prática faz outra completamente diferente.

Num ciclo de debates que se realizou no passado dia 9 no Centro Cultural de Belém para assinalar o Dia da Europa, Ferro Rodrigues falou no segundo painel que se realizou da parte da manhã, afirmando que a via federal é claramente uma das hipóteses que se abrem para o futuro da União Europeia.

"Federal é já o conceito da Comissão Europeia, o modelo dos tribunais europeus, proto-federal é já o próprio Parlamento Europeu", disse o secretário-geral do PS, acrescentando: "Se os cidadãos europeus vierem a verificar que a Europa que têm, com instituições a caminho do federalismo, representa a melhor resposta para a resolução dos seus problemas, que legitimidade temos nós para não aceitar essa escolha?".

Este passo, no entanto, não deverá ser dado sem antes se esclarecer bem e ouvir os cidadãos da União, "ligando tal decisivo passo a referendos nacionais". A atitude institucional em relação às questões europeias do Governo foi motivo de fortes críticas por parte de Ferro Rodrigues, que acusou Durão Barroso de falta de diálogo com a oposição, "em contraste evidente com a



prática que os Governos socialistas instituíram e de que o PSD foi o principal beneficiário". Um exemplo dessa prática, de "raiz autoritária", como referiu, foi o último Conselho Europeu de Atenas, em que Durão Barroso partiu para a Grécia e regressou sem dar cavaco nem aos partidos com assento parlamentar nem aos parceiros sociais.

Ferro Rodrigues criticou também o primeiro-ministro a propósito do debate

sobre a política de defesa na União e a crise aberta com a intervenção militar no Iraque. "Não causa surpresa a ninguém - disse - a linguagem dúctil (uma junta da opinião pública portuguesa e outra em Bruxelas, e outro se calhar em Washington), de que o Governo tem dado mostras na abordagem destes temas, como o conflito no Iraque acentuou. O Governo ensaiou uma coreografia política

equivoca, alinhando pressurosamente com os fortes e não cuidando, como deveria ter feito, de funcionar como elemento moderador e potenciador do diálogo e respeitador da legalidade internacional. Infelizmente, a Europa nada ficou a dever a Portugal nesta crise, antes pelo contrário".

Para o secretário-geral do PS, a crise do Iraque veio reforçar o sentimento de muitos de que é urgente agir e avançar no sentido de tornar mais eficaz a política externa e de defesa, tendo neste contexto referido a recente reunião que em 29 de Abril juntou no Luxemburgo quatro Estados-membros e cujas conclusões "não devem ser recebidas com a suspeita alarmada de minarem a relação transatlântica".

Lembrando que foram os próprios americanos quem mais pressionou a Europa para melhorar as suas capacidades militares, Ferro Rodrigues considerou o relacionamento transatlântico essencial na defesa e segurança europeias, o qual, no entanto, "não pode traduzir-se sempre na coincidência total de pontos de vista em todas as questões, das estratégico-militares às relações comerciais externas". "Não partilhámos - disse - os mesmos pontos de vista na Cimeira da Organização Mundial do Comércio em Doha, quanto ao Protocolo de Quioto, ao Tribunal Penal Internacional ou quanto à Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável. E depois?".

Relativamente aos desafios da União Europeia no contexto do alargamento, o secretário-geral do PS defendeu a necessidade de ser preservado o equilíbrio inter-institucional. "Uma Europa alargada e mais complexa não

pode servir de pretexto para romper a estabilidade até agora mantida entre as instituições: entre uma Comissão que defende o interesse supranacional de todos; um Conselho que dá voz aos Estados-membros e um Parlamento que representa os povos", afirmou. Defende também a manutenção do princípio da igualdade entre Estados e a rotatividade das Presidências da União e o acesso ao cargo de comissário europeu a todos os Estados-membros.

"Recusamos uma Europa de directórios, gerida por aqueles que pensam que demografia é sinónimo de democracia, pelos iluminados que crêem deter a sabedoria de poderem definir o que é bom para todos", disse.

Ferro Rodrigues sublinhou ainda a importância da "Estratégia de Lisboa" e da presidência portuguesa da União Europeia, que foi considerada exemplar por toda a Europa, com excepção, disse, "de um grupo acantonado na Santana à Lapa, que espalhou atoardas sobre a ineficácia da prestação portuguesa e ridicularizou as conclusões da Cimeira de Lisboa", apesar de agora lhe dar louvores.

O secretário-geral do PS saudou o alargamento da União Europeia e afirmou que "sempre percebemos que não havia qualquer contradição entre, por um lado, seguir o imperativo ético de apoiar as democracias emergentes no centro e leste do continente e, por outro lado, manter a capacidade para lutar pelos nossos legítimos interesses no seio da União. Ai está a atestá-lo o modo exemplar como o Governo do Partido Socialista negociou a "Agenda 2000" de que resultou o Quadro Comunitário de Apoio de que Portugal actualmente beneficia.

## LUÍS MARINHO

## PRESIDENTE PARA A UNIÃO AINDA SEM CONSENSO

Apesar do longo caminho já feito na Convenção sobre o Futuro da Europa e quando falta pouco mais de um mês para o finalizarem os trabalhos, existem ainda algumas questões para as quais não se vislumbra consenso ou princípio de solução. A eventual criação de um Presidente do Conselho é uma delas, disse o eurodeputado Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu nos trabalhos da Convenção, ao intervir no seminário que assinalou o Dia da Europa no Centro Cultural de Belém.

"Não há consenso visível sobre um eventual Presidente do Conselho Europeu que substitua o anterior modelo das presidências por Estado-membro. Para uns, por muito pouco poder que tivesse, depressa trataria de o arranjar, conflituando com o Presidente da Comissão. Para outros, conduziria a que

o Conselho Europeu viesse a perverter-se no órgão todo poderoso da União, decidindo diariamente em consonância com os Estados mais fortes e no seu interesse", disse.

Número de comissários europeus e a fórmula para decidir a ponderação dos votos, designadamente, se leva ou não em conta a população do país, são as outras duas questões em que o consenso se tem revelado mais difícil de encontrar. De referir que na última reunião da Convenção Luís Marinho, Alberto Costa e Guilherme d'Oliveira Martins apresentaram propostas de alteração para assegurar a existência de um representante por Estado-membro no elenco da Comissão e para manter o número de 732 deputados ao Parlamento Europeu estabelecidos no Tratado de Nice, em vez dos 700 que

agora se pretende instituir.

Luís Marinho disse que, actualmente, se vivem "dias intensos na Convenção Europeia" e que, em cerca de quinze meses de trabalho "aliviámos os velhos Tratados do peso dos anos, simplificámos os instrumentos de decisão, democratizámos o poder legislativo, corrigimos tendências centralizadoras, demos voz aos eleitos nacionais, aprofundámos o modelo social e lançámos as bases de um espaço judicial europeu sem fronteiras para a liberdade, segurança e justiça". Intervindo durante a sessão da tarde, Guilherme d'Oliveira Martins, representante do Parlamento nacional na Convenção, considerou que a União está confrontada com a necessidade de "conciliar duas legítimidades - dos Estados e dos povos - e duas soberanias - dos Estados e da União".

## ALBERTO COSTA DEFENDE

## REVISÃO CONSTITUCIONAL PARA REFERENDAR NOVO TRATADO DA UE

Só poderá haver um referendo "sério" sobre o novo Tratado da União Europeia, se o Parlamento proceder já a uma revisão constitucional, alterando a lei do referendo. Foi esta a ideia defendida, no passado dia 13, na Assembleia da República, pelo deputado Alberto Costa.

O parlamentar do PS, que falava na Comissão Evidencial para a Reforma do Sistema Político, lembrou que os líderes dos principais partidos já concordaram em realizar um referendo sobre as alterações ao novo Tratado da União Europeia no primeiro semestre de 2004.

"Esse referendo só poderá ser sério, caso se questione os portugueses sobre as alterações em concreto introduzidas ao Tratado da União Europeia e não sobre matéria vaga de política europeia", justificou Alberto Costa.

Após frisar que, pela actual Constituição da República, não são permitidos referendos aos tratados internacionais, criticou também a metodologia seguida em Portugal, nomeadamente nos processos relativos ao Tratado de Maastricht e à criação do Tribunal Penal Internacional (TPI).

"Tanto no caso do Tratado de Maastricht, como o TPI, o Governo português aprovou primeiro os tratados e só depois a Assembleia da República procedeu à sua adequação em relação à Constituição da República, o que é errado", concluiu.

## EUROPA: A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER

*Defendo a Presidência do Conselho por um Chefe de Estado ou Governo em exercício. Por alguém com dupla legitimidade - a que advém de liderar democraticamente um dos Estados da União e a que lhe foi conferida pela confiança dos seus pares no Conselho.*

O nosso modelo de União assenta a sua legitimidade na vontade dos Estados e na vontade dos cidadãos. Nunca a Europa se fortaleceu no choque de legitimidades ou nas rupturas de equilíbrio entre estes dois pilares. A governamentalização da União, que começou com a partida de Delors, levando um primeiro-ministro a liderar a Comissão é uma experiência que não nos entusiasmou. Prosseguir nela, presidencializando pessoalmente o Conselho Europeu, é enfraquecer a União!

Uma coisa é ser um *primus inter pares*, liderando um Colégio por si próprio escolhido ou influenciado como acontece na Comissão; outra é ser designado por um Colégio de Chefes de Estado e de Governo e ter em seguida força e autoridade para liderar quem o escolheu. Na circunstância, o escolhido presidente ou "chairman" do Conselho, já não é "par" dos que o nomearam, e muito menos será um "primus". Será uma personalidade ou referência moral ou intelectual, útil para aconselhar, mas não para exercer o poder político que já não lhe advém legitimamente de parte nenhuma.

A solução da Presidência pessoal da União é portanto uma solução "frágil e frouxa". Em vez de representar será um representante, em vez de liderar será um porta-voz, em vez de mandante será um mandatário! Por isso, defendo a Presidência do Conselho por um Chefe de Estado ou Governo em exercício. Por alguém com dupla legitimidade - a que advém de liderar democraticamente um dos Estados da União e a que lhe foi conferida pela confiança dos seus pares no Conselho. Obviamente no sistema de rotatividade actualmente em vigor.

Onde for necessária mais estabilidade e continuidade - Conselho de Assuntos Gerais, de Assuntos Económicos e Financeiros e de Segurança e Justiça - a rotação por país dilata-se por um período de um ano. Deste modo, um Governo não tem de suportar excesso de trabalho e responsabilidade quando exercer a Presidência da União, como é o caso hoje.

Pode assim o Presidente do Conselho fomentar a coesão e o consenso nos dois Conselhos do seu semestre. Deste modo, haverá uma legislatura de cinco anos, 10 Presidências do Conselho Europeu e 15 Presidências dos três restantes formações rotativas do Conselho.

Teremos assim 25 Presidências possíveis, para 25 Estados-membros. Acresce a Presidência do Conselho de Assuntos Externos, exercida estavelmente pelo ministro - comissário dos Negócios Estrangeiros.

Finalmente, teremos a presidência do Conselho Legislativo, verdadeira Câmara de Estados, que elege o seu Presidente como o Parlamento Europeu, Câmara dos cidadãos, pelo período que entender.

Pelo menos, 26 ou 27 Presidências são possíveis conjugando a igualdade entre Estados com a estabilidade e a eficácia.

Quanto aos comissários, deve manter-se um por Estado-membro. Há governos bem maiores e não me parece que haja interesse comum sem auscultação do interesse nacional. A não ser que se acredite que os comissários serão "bafejados" pelo Espírito Santo.

Como dizia na plenária da Convenção desta semana o Guilherme d'Oliveira Martins "há que não escolher o pior das soluções que se confrontam em matéria institucional". Tal caminho leva ao fracasso.

Convicto das concepções que publicamente defendo e expresso neste artigo, não me assustam o esforço e o risco da transacção. Singulamente, são aqueles que como eu se têm batido pela igualdade entre Estados membros que vêm trabalhando em soluções de abertura, como esta que defendi com a deputada Paciotti, do PDS Italiano.

Mas há outros a quem incumbia paralela obrigação, os que se batem pelo núcleo duro ou directório dos seis países mais populosos da União, que não têm mostrado nenhuma imaginação e adaptação no seu estático modelo. Transformaram-no em bronze prejudicando o caminho para o sucesso que só pode surgir da transparência e do equilíbrio.

Veremos porém, o que nos trazem os próximos dias na Convenção. E se todos percebem, de vez, que estamos obrigados a estar de acordo. Para que a Europa seja possível. O primeiro a perceber teria de ser Giscard d'Estaing, mas já me contento se for o último!

Nota: Este artigo tem como base uma intervenção na última Sessão Plenária da Convenção.



LUÍS MARINHO

Opinião

FERRO RODRIGUES ALERTA

## POLÍTICA ECONÓMICA DO GOVERNO É SUICIDÁRIA PARA EMPREGO E INVESTIMENTO

A reformulação em curso da estratégia europeia para o emprego é hoje da maior importância para o nosso país, referiu o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, acrescentando que a política macroeconómica do Governo, além de não produzir qualquer efeito na consolidação do orçamento, "é suicidária do ponto de vista do investimento e do emprego".

Ferro Rodrigues falava num colóquio organizado pelo Grupo Parlamentar do PS subordinado ao tema "Estratégia Europeia para o Emprego", em que participou a ex-ministra Maria João Rodrigues, que fez um balanço e traçou as perspectivas para o sector na Europa. Participaram também Vieira da Silva, Carlos Zorrinho, Luísa Guimarães e Helena André.

Depois de identificar os pontos mais importantes da Estratégia Europeia para o Emprego, o secretário-geral do PS considerou que em Portugal se vive um crise de desemprego sem precedentes e, o pior de tudo, é que "as políticas públicas parecem desconhecê-lo". Além disso, não são valorizadas as políticas activas de emprego, "que até perderam importância e recursos".

O "crescimento explosivo" do emprego, que poderá já ter ultrapassado os 7 por cento, "põe em risco não só a nossa capacidade de atingir os objectivos europeus, mas pode também pôr em causa os níveis de coesão social essenciais à paz social e ao progresso". Socorrendo-se de dados recentemente divulgados, Ferro Rodrigues considerou mesmo que o desemprego pode atingir "níveis verdadeiramente alarmantes" num futuro próximo.

E por isso que - disse - os objectivos que estão em debate para a nova fase da Estratégia Europeia para o Emprego são particularmente importantes para Portugal, na medida em que eles visam o pleno emprego, pretendem melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho e reforçar a coesão e a inclusão social. Para Ferro Rodrigues, estes são objectivos a que Portugal, adoptando políticas públicas adequadas, "tem de aderir sem hesitações e mobilizando todas as energias



Perita em questões de emprego, Maria João Rodrigues afirma que as conclusões da Cimeira de Lisboa são a pedra de toque para muitas das políticas da UE

nacionais". Para isso deve "activar os serviços públicos de emprego, reforçar o investimento na qualificação e na ciência, adoptar uma nova abordagem dos nossos défices em matéria de formação ao longo da vida, e reforçar o ataque precoce ao fenómeno do desemprego".

"A Europa vive, de novo, uma fase negativa do ponto de vista do emprego e, genericamente, também a nível económico e social", disse Ferro Rodrigues, acrescentando que "é absolutamente decisivo que União realme claramente a centralidade dos objectivos associados ao emprego", para o qual são essenciais as metas estabelecidas na Cimeira de Lisboa. Para a concretização destes objectivos, é necessário, por um lado, ir mais longe ao nível da modernização económica, da inovação e do conhecimento e, por outro, que existam políticas macroeconómicas da União Europeia em que se combinem a estabilidade e o crescimento. Maria João Rodrigues, por sua vez, falou da génese das políticas de emprego na União Europeia, desde a Cimeira de Luxemburgo em 1997 até à Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, em que o Governo do Partido Socialista, durante a

presidência da União Europeia, conseguiu pôr, definitivamente, o emprego na ordem do dia das discussões europeias.

"Daí até à economia alicerçada na sociedade do conhecimento, capaz de criar mais e melhores empregos, ao mesmo tempo que reforça a coesão social, foi um passo. E é aqui que o projecto europeu é melhor e difere do americano", afirmou.

A invasão gradual da internet na vida quotidiana, os compromissos dos Estados-membros com a educação e a formação ao longo da vida e os objectivos comuns em matéria de protecção social, são um das consequências da Estratégia de Lisboa que hoje não só é consensual, como constitui uma das pedras de toque de muitas das políticas da União Europeia.

Além dos aspectos consolidados na estratégia europeia para o emprego, agora há vertentes que serão mais levadas em consideração, como a educação e formação ao longo da vida, as políticas activas para o emprego, o combate sistemático à discriminação no mercado de trabalho, o combate ao trabalho sem direitos.

## FERRO DEFENDE MAIOR PROXIMIDADE ENTRE O PS PORTUGUÊS E FRANCÊS

Os partidos socialistas português e francês devem estreitar mais as suas relações, considerou Ferro Rodrigues na semana passada, em Dijon, durante o 73º Congresso do PSF, que voltou a escolher François Hollande para secretário-geral.

Ferro Rodrigues, que esteve acompanhado pela secretária para as Relações Internacionais, Ana Gomes, defendeu que se fizesse uma análise das razões que levaram à diminuição do número de governos socialistas na Europa de 11 para

quatro e se preparasse um programa europeu para o ano que vem, numa perspectiva de reafirmação dos socialistas na Europa.

Reconheceu existirem semelhanças entre os momentos que actualmente vivem os dois partidos, na medida em que ambos se encontram agora na oposição depois de terem sido derrotados por partidos da direita conservadora. No PSF, a crise surgiu depois de Lionel Jospin ter sido afastado da segunda volta das presidenciais, ao obter menos votos do que

Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen. Sobre François Hollande, cuja moção foi aprovada no congresso por 61,12 por cento dos militantes, Ferro Rodrigues disse: "Já o conheço há muito tempo, é um homem inteligente, com coragem política, determinação e humildade".

Esta semana, o secretário-geral do PS participa num encontro de líderes socialistas europeus, que se realiza em Berlim, no dia 22. No dia seguinte estará presente nas comemorações do 140º aniversário do SPD.



## AVEIRO

## CONDECORADOS ORGANIZADORES DO III CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA



A Câmara de Aveiro atribuiu a medalha de mérito municipal à comissão executiva do III Congresso da Oposição Democrática, realizado há 30 anos naquela cidade, e que foi reprimido violentamente pelo aparelho policial do regime marcelista.

"Com esse congresso, Aveiro ficou na rota da liberdade de Portugal", justificou o presidente da Câmara, Alberto Souto, ao anunciar a condecoração no âmbito das comemorações do Dia do Município. No seu discurso, o autarca socialista destacou os aveirenses que integraram a comissão, como António Neto Brandão,

António Pinho Regala, Carlos Candal, Flávio Sardo e Joaquim Silveira, sublinhando que "a atribuição da medalha de mérito municipal a estes aveirenses exalta a sua coragem, o exemplo cívico e o contributo que deram para a consagração de Aveiro como terra de liberdade, valor maior da nossa cidadania".

Alberto Souto descreveu o Congresso de Aveiro como "um evento da afirmação da liberdade política, cívica e do espírito, numa época em que a suspeita dela era perseguida pelo Estado e a sua assunção pessoal um acto de coragem pelos riscos

físicos, profissionais e pessoais que representava".

Realizado entre 4 e 8 de Abril de 1973, o Congresso foi a maior reunião política da oposição democrática durante o Estado Novo, contando com a participação de 4000 pessoas.

O fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas foram algumas das principais exigências feitas ao regime de Marcelo Caetano pelas forças oposicionistas reunidas em Aveiro, expressas na declaração final do Congresso.

## OVAR

## CÂMARA ASSINALA 25 DE ABRIL COM INAUGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIOCULTURAIS

O presidente da Câmara Municipal de Ovar, Augusto França, aproveitou as comemorações do 25 de Abril para inaugurar diversas infra-estruturas e recordar a importância que o poder local. Num discurso na sessão solene da Assembleia Municipal, Augusto França afirmou que hoje em dia os autarcas são responsáveis "por mais de 35 por cento do investimento público no País ao fazerem as muitas obras de infra-estruturas básicas, obras na rede viária, pontes, obras destinadas à habitação, à educação, à cultura, ao desporto, à saúde, ao social, à protecção do meio ambiente, à protecção civil e à promoção da qualidade de vida".

Para celebrar a importância e o dinamismo do poder local, a autarquia socialista procedeu à inauguração da Biblioteca e Núcleo Museológico da Freguesia de Arada que passa a integrar



a rede concelhia de bibliotecas a par das de Ovar, Maceda, Cortegaça e Esmoriz. Augusto França anunciou também que os autarcas passam a dispor de instalações adequadas ao "bom e eficaz

funcionamento" da Assembleia Municipal entre sessões, disponibilizando também um novo espaço à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

## COIMBRA

## VEREADORES SOCIALISTAS DEFENDEM PEQUENO COMÉRCIO



A última reunião da Câmara de Coimbra ficou marcada pela polémica devido ao projecto de arquitectura do Eurostadium, que a maioria do PSD fez aprovar, sem haver garantias sobre as futuras ocupações das áreas comerciais.

Os vereadores socialistas votaram contra, protestando contra a dimensão das áreas comerciais do futuro estádio, que inclui um complexo com piscinas e um pavilhão multidesportos.

Na ocasião, o vereador socialista António Rochete recordou as diferenças que existem entre as áreas prometidas pelo presidente da autarquia, na reunião de 23 de Abril de 2002, que apontavam para 26 mil m<sup>2</sup> de área comercial. Agora feitas as contas a «área comercial já vai nos 28 mil m<sup>2</sup>», frisou o vereador socialista, reaceando a possível implantação de um hipermercado na futura estrutura do novo estádio de Coimbra.

## MACEDO DE CAVALEIROS

## PS ACUSA AUTARQUIA DE PARALISAR O CONCELHO

A Concelhia do PS de Macedo de Cavaleiros responsabiliza o Executivo camarário do PSD/PP pelo actual estado de "paralisação do concelho e de incapacidade para a captação externa de meios financeiros", para o desenvolvimento local.

"Por falta de capacidade nalguns casos e propositamente noutros, foram ainda atrasados vários projectos enquanto outros foram pura e simplesmente abandonados", sublinham os socialistas, dando como exemplos a construção do parque da cidade, a ligação do centro de saúde aos Meroços e parque de estacionamento e a conclusão do estádio. O PS local acusa ainda a gestão autárquica do PSD/PP de ao contrário do que tinha prometido durante a campanha eleitoral, ter aumentado a despesa corrente da Câmara e diminuído o investimento em infra-estruturas.

## OURIQUE

## SOCIALISTAS VOTAM CONTRA CONTAS DO MUNICÍPIO

Os deputados municipais socialistas de Ourique votaram contra as contas apresentadas pelo Executivo camarário do PSD.

Para o PS está em causa a existência de uma dívida superior a 3,5 milhões de contos o que "espelha o tipo de gestão praticado na autarquia nos últimos dez anos, demonstrando um total desequilíbrio nas contas do município". Os socialistas ouriqueenses manifestaram a sua apreensão perante o avolumar da dívida da autarquia a um conjunto de pequenas e médias empresas do concelho, sublinhando que esta situação "pode colocar em questão a sua viabilidade futura".

O PS acusa ainda o Executivo camarário de "sonegar informação" à oposição, exemplificando com o caso da não entrega ao fisco das relenções na fonte do IRS dos trabalhadores. É que, explicam, apesar de ter sido convocada uma assembleia municipal para esclarecimento do caso, o presidente da autarquia não deu qualquer informação.

## VIVER/AMAR A CIDADE

## 1) O PORTO

POR MANUELA MELO

**Venho sugerir-lhe que, nos próximos quinze dias, aproveite algumas actividades culturais que decorrem no Porto para, além de alimentar o seu interesse pelas artes, as letras e as ciências, ir descobrindo, ou vindo com outra atenção, pedaços da nossa cidade.**

## 1. Serralves

**Pretexto** Exposições de Dimitrije Mangelos, Vitor Pomar e Miguel Leal

Mangelos é de Zagreb. Os mais de duzentos trabalhos que compõem esta sua primeira grande apresentação no Ocidente, percorrem os temas que prefere, como "Alfabetos" e as "Palavras", as "Anti-pinturas" e " Paisagens da Guerra." Interessante ver como um artista observa e absorve as tensões vividas na ex-Jugoslávia.

"Nada para fazer nem sítio para onde ir" é a exposição de Vitor Pomar – a sua primeira exposição antológica, o que permite fazer uma avaliação global da sua obra, importante desde os anos 70. Mais jovem, Miguel Leal, que vive e trabalha no Porto, apresenta um projecto específico para o Museu.

Ao percorrer as exposições, vai conhecendo o Museu de Arte Contemporânea, inaugurado em Junho de 1999. Veja como Siza Vieira jogou com a luz que vem do exterior, como, numa sucessão de espaços, em princípio fechados, foi abrindo janelas que, ciclicamente, nos remetem para o exterior. Aproveite o convite e percorra o Jardim, que, à volta do MAC, é feito de relvados, plantas e algumas árvores cuidadosamente escolhidas e localizadas, e, logo a seguir, tem grandes maciços de árvores, caminhos e alas onde dá gosto andar até descobrir a Casa de Serralves. A casa aparece como um objecto artístico, elaborado e preciso, emergindo da paisagem verde, também ela cuidadosamente

"construída". Por dentro a sucessão de salas, os elementos decorativos e as grandes janelas para o jardim, trazem-nos à memória ambientes sofisticados das décadas que também marcadas pela 2ª Guerra Mundial, e imaginamos facilmente festas loucas, jantares cerimoniosos ou profundas solidões. É uma casa-cenário, desenhada por Marques da Silva segundo as tendências do seu tempo. Se o seu tempo ainda permitir, percorra o jardim para sul, entre na mata e descubra campos de cultivo, que hoje quase desapareceram da cidade.

## 2. Freixo

**Pretexto** Exposição/instalação: "Alerta"

Numa sala das antigas Moagens Harmonia, um casal de artistas castelhanos mostra-lhe a cidade vulnerável, especialmente em situação extrema: síliada e bombardeada. O vidro simboliza as fragilidades de uma cidade com o seu centro antigo, as muralhas medievais, as zonas modernas e também as suas infraestruturas subterráneas.

Ao som de Mozart e de notícias de conflitos ressalta toda a irracionalidade e horror da guerra, quando se abate sob o mais importante artefacto cultural que o Homem inventou: a cidade.

O vidro é um produto industrial. O espaço desta exposição é uma das salas do Museu da Indústria do Porto, sediado nas velhas Moagens, elas próprias marca importante do processo de industrialização da cidade. A Moagem foi



construída ao lado do Palácio do Freixo, desenhado por Nasoni, tal como era hábito fazerem os comerciantes e industriais do Porto: o local dos negócios na casa de habitação ou no quintal. Esta história está contada noutra sala, num núcleo museológico do Museu. Para a aprofundar, e perceber a relação entre as Moagens, o Palácio (completamente restaurado, mas ainda fechado ao público ...) e o rio, marque uma visita guiada ou aproveite as que se fazem nos 4ºs sábados de cada mês, às 15 horas, no âmbito do projecto "As Famílias nos Museus", criado durante a Capital Europeia da Cultura – Porto 2001.

3. Palácio de Cristal  
Pretexto Exposição "Ruben A.: Tempo. Escrita. Memória"

O escritor Ruben A. nasceu e viveu alguns anos no Porto.

Primo de Sophia de Mello Breyner, tem uma escrita inovadora, uma narrativa de grande originalidade. Descubra a sua vida e obra na exposição da Galeria Municipal, no edifício cultural dos Jardins do Palácio. Na próxima segunda-feira, a comissão da exposição faz uma visita guiada e há leitura de textos e, a 7 de Junho, Germano Silva sai para a cidade para mostrar "O Porto de Ruben A.". Depois da exposição, verifique como uma biblioteca pública – a Biblioteca Municipal Almeida Garrett, que co-habita com a Galeria e o Auditório, pode atrair gente de todas as idades e condições.

Percorra-a, sente-se a ler um jornal ou um livro, a navegar na Internet, a ouvir um disco ou ver um filme. E depois

caminhe nos jardins, onde encontrará, ao longo da Avenida das Tilias, memórias do antigo Palácio de Cristal, substituído pela calote de betão e vidro que é o Pavilhão Rosa Mota (a partir de 28-aponte- há Feira do Livro).

Veja os núcleos de divulgação científica sobre o "Micro-mundo Vivo" (quantos seres vivos se podem ver numa gota de água?) ou a Geologia, siga as etiquetas que identificam as árvores mais exóticas, ou, simplesmente, admire as panorâmicas únicas sobre o Douro e sobre o mar.

A partir do Palácio, se quer continuar o contacto com a natureza, desça Entre quintas e percorra "Os Caminhos do Romântico", obra desenvolvida pela Porto 2001, SA. Se prefere referências mais urbanas, vá ao remodelado e ampliado Museu Nacional de Soares dos Reis e veja as colecções permanentes ou percorra a rua Miguel Bombarda e adjacentes, onde (quase porta sim, porta não) se encontra a maior parte das galerias de arte da cidade.

## 4. A Baixa

**Pretextos:**

23 e 24 de Maio, Teatro Rivoli –

Novo Circo: L'homme d'hus

27 de Maio, Coliseu – "Carmina

Burana", pelo Circulo Portuense

de Ópera e Orquestra Nacional

do Porto

28 de Maio, Teatro Rivoli – "Uma

festa para Helena Sá e Costa

29 de Maio, Teatro Nacional de S.

João – Espectáculo de abertura

do XXVI FITEI – "Tristes

Europeus", de Paulo Ribeiro.

Há décadas que a "Baixa" do comércio e serviços vem perdendo força, porque a cidade e as cidades à volta foram criando novos polos de convívio e novas centralidades: os equipamentos e serviços aproximaram-se dos locais onde as pessoas vivem. As salas de espectáculo da "baixa" são âncoras que asseguram o retorno das pessoas à noite , pelo menos para ver os espectáculos: por isso foram recuperados e postos a funcionar durante a década de 90.

Volte à "baixa" para estes espectáculos, tão diversos e interessantes. Escolha um restaurante para jantar, tome café no Majestic, passeie nas ruas, veja as montras e ganhe vontade para voltar de dia para fazer compras no Bolhão, nas lojas tradicionais e espreitar as novidades da FNAC.

Entre 29 de Maio e 10 de Junho, é na "baixa"- nos teatros e nas praças que se vai teimosamente fazer mais uma edição do Fitei.

O teatro – e outras formas de expressão – dos países do mundo que falam português ou castelhano vai fazer da "baixa" o ponto de encontro e celebração colectiva para que foi construída.

As sugestões ficam por aqui por falta de espaço. Na cidade, ainda há muito quem resista à marginalização da cultura a que, por palavras e actos, se assiste hoje no Porto. Resista também marcando presença.

Nota: Entre 12 de Junho e 6 de Julho, concluída a estrutura, a Casa da Música vai abrir-se ao público com o seu Primeiro Festival. Não esqueça.

**NOVAS POLÍTICAS**

**CARTÃO do CIDADÃO**

Segunda-feira, 26 de Maio  
Auditório do Edifício Novo  
da Assembleia da República

**Entrada livre**

**15.00 - Abertura**  
António Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

**15.15 - Cartão do Cidadão:**  
as grandes opções de um projecto para Portugal  
José Manuel Valença - Professor Universitário (Univ. do Minho)  
Lino Fernandes - Economista

**16.00 - O mundo dos cartões electrónicos:**  
o que nos ensinam as experiências dos outros  
Alcino Cunha e Manuel Barbosa - Docentes Universitários  
(Univ. do Minho)

**17.00 - A reinvenção da Administração Pública e as novas tecnologias ao serviço dos cidadãos e das empresas**  
Carlos Zorrinho - Professor Universitário  
José Magalhães - Deputado

**17.30 - Encerramento**  
Guilherme D'Oliveira Martins, Vice-Presidente  
do Grupo Parlamentar do PS



## ESSENCIAIS NA SUA BIBLIOTECA



## PORTUGAL SOCIALISTA

A edição comemorativa dos 30 anos do PS já está nas bancas.

## FINISTERRA

À venda na próxima semana o número 45 da revista da Fundação José Fontana.

Entre outros temas, destacamos a análise da situação internacional e das suas consequências sobre o sistema das Nações Unidas; e o comentário sobre a evolução ideológica do PS.

Para além da sempre indispensável introdução de Eduardo Lourenço, pode ler artigos de Augusto Santos Silva, Fernando Pereira Marques, Guilherme D'Oliveira Martins e Joaquim Jorge Veiguiña e João Madureira.

## CANTO CHÃO

*É um sacralizado procurador que decide ocupar a RTA? E já agora porque não paralisar a EDP ou a PT? Ou mesmo, com base em suspeitas de que o economista das cozinhas do Palácio de Belém recebe luvas do talhante, invadir a casa presidencial e apreender tudo o que se entender de interesse para a investigação?*

*Cantochão aposta que o mesmo sr. procurador não se atreveria a fazê-lo com tanta desenvoltura no Batalhão de Para-Quedistas ou no Alfeite dos Fuzileiros.*

### **I - Cantochão anda apoquentado. É alergia.**

Alergia ao cinismo hipócrita e rasteiro dos que legitimam sem condições os crimes cometidos pelos poderosos. "A priori", porque há suspeitas, contra a vítima, mesmo que estas não tenham um mínimo de suporte objectivo (nem subjectivo, valha a verdade). "A posteriori", pelo facto consumado. E cantochão, triste, mas não resignado, viu, leu, cronistas credenciados responsabilizarem as vítimas porque não provaram, antes do "castigo", a sua inocência.

Nem a Santa Inquisição chegava a tal despudor.

É caso para dizer que o Grande Inquisidor está vingado. Vingado por um "sheriff" analfabeto e ignorante que exalta as virtudes da sua justiça de Guantanamo, que na melhor tradição do genocídio da nação índia não distingue crianças e velhos. Um índio bom é um índio morto, não é verdade George? E Zé Manel?

**II - Em 1894 os moçambicanos opuseram resistência à colonização portuguesa.** O Governo lusitano não alegou que o rei vátua era um ditador ou que estava na posse de armas de destruição massiva. Simplesmente invocou a Conferência de Berlim, de 10 anos antes, e fez a guerra ao povo vátua.

Foi uma guerra heróica. De um lado os habitantes locais que armados de azagaia defendiam as suas casas, as suas famílias, a sua terra.

Do outro um exército europeu armado de canhões, de espingardas de repetição, de metralhadoras.

Os historiadores, "ad usum delphini", referiram na época que a vitória do heróico capitão Albuquerque "liquidou-se com uma rapidez que surpreendeu todos, nacionais e estrangeiros" - Silva Cordeiro no seu livro "A Crise".

E a gesta ainda foi mais notável, motivo maior do nosso orgulho, porque o tal capitão Albuquerque não dispunha de apoio aéreo nem de bombas inteligentes. E capturou o rei vátua e a sua família, um tal Gungunhana, que veio morrer, prisioneiro, nos Açores. Hoje tem uma estátua em Maputo, e os portugueses pediram-lhe desculpas.

O Albuquerque gringo não capturou o Gungunhana árabe.

Mas, fora as inovações tecnológicas militares, o século XXI repetiu o fim do século XIX em matéria de rapina, gangsterismo e abuso da força. Só que agora com cinismo, hipocrisia e má consciência.

A vergonha, a revolta e a descrença empapam-nos a todos neste mediocre calor primaveril.

Num ponto estamos de acordo com o chefe dos "cowboys" americanos, que plagiou o "slogan" de um partido político português - a luta continua.

Enquanto houver um homem livre, a luta pela defesa da dignidade humana e pela justiça continuará. Não duvide, Mr. Bush.

### **III - A Justiça portuguesa**

Está doente. A doença vem de longe, mas em vez de evidenciar melhoras vai-se agravando.

Os casos Fátima Felgueiras e RTA são disso exemplos. Que factos novos ocorreram para após anos de suposta investigação, justificarem agora a prisão preventiva da autarca?

Que factos novos, no âmbito do inquérito, ocorreram que justifiquem razoavelmente que o MP e a PJ invadam a sede da RTA e impeçam o normal funcionamento de um serviço público?

É um sacralizado procurador que decide ocupar a RTA? E já agora porque não paralisar a EDP ou a PT? Ou mesmo, com base em suspeitas de que o economista das cozinhas do Palácio de Belém recebe luvas do talhante, invadir a casa presidencial e apreender tudo o que se entender de interesse para a investigação?

Cantochão aposta que o mesmo sr. procurador não se atreveria a fazê-lo com tanta desenvoltura no Batalhão de Para-Quedistas ou no Alfeite dos Fuzileiros.

Há, é evidente, operadores da justiça que não têm camioneta para a areia que lhes puseram em cima. Ou se tira areia ou se fortalece a camioneta. Assim é que não. É a teoria dos limites que tem de ser lembrada aos que dela se esqueceram.

Porque justiça sem bom senso, sem noção do que é adequado e suficiente, sem balizas de proporcionalidade, não é justiça, é burocracia que se desacredita e nos desacredita.

**PS. 1 - Fátima Felgueiras**, que se diz inocente, fez bem em não se entregar à Justiça. Justiça não é religião.

Em sede de religião os deuses não se enganam. Na justiça os deuses erram como se fossem humanos.

O exemplo do Sócrates tem milhares de anos de desactualização. Deve ou não o inocente lutar pelos meios adequados, e proporcionados ao caso, defender a sua liberdade e lutar pela prova da sua inocência? Claro que sim. Aliás a sua não apresentação ao carcereiro nem constitui qualquer crime, nas circunstâncias do caso. E, por enquanto, legítima defesa.

Coisa diferente, já no âmbito da ética do cidadão, é declarar-se pronta a apresentar-se ao julgamento, o que não fez e devia ter feito.

**PS. 2 - Condenável** foi a actuação do PS que, infectado pela gula do poder, não foi capaz de retirar as consequências políticas dos indícios de irregularidades (ou de crimes) praticados pela autarca em causa. Numa prática pragmática (e cantochão sabe do que fala) o PS - e já agora os outros partidos políticos - refugiaram-se na separação de poderes para não prevenirem males maiores. Como se o partido não fosse o primeiro responsável pela actuação dos seus quadros em funções políticas. Responsável na escolha, responsável na vigilância e responsável pela actuação preventiva ou até repressiva. O caso Paulo Portas é para aqui chamado.

Se alguém parece ladrão, não deixa de o parecer só porque a justiça não o acusa. A impotência da justiça não faz de um aparente criminoso um cidadão exemplar, como deve ser o titular de cargos públicos.

O partido interpellando-o, dá-lhe oportunidade de se defender demonstrando (ou não) a improcedência dos indícios.

**PS. 3 - Há mais de 30 anos** um conhecido empresário português - A. Champalimaud - esteve durante anos fora do País para escapar à prisão preventiva que lhe fora decretada. Após um julgamento famoso nos anais judiciais foi absolvido.

Cantochão disse, e ficou menos apoquentado. Valha-nos isso.



**LUÍS FILIPE MADEIRA**

Informação aos Militantes

## QUOTAS: PONHA AS SUAS DÚVIDAS, NÓS ESCLARECEREMOS

A adopção pelo Partido Socialista de um novo sistema de quotas inscreveu-se num processo longamente discutido e extensamente participado, visando cumprir um dos objectivos de modernização de gestão do PS.

O novo modelo de quotas foi sufragado e fundamentado em deliberações sucessivamente tomadas pelo Congresso, pela Comissão Nacional e pela Comissão Política.

Assegurou-se assim a total legitimidade, rigor e transparência de todo o processo, imperativos que devem ser permanentemente respeitados pelo Partido Socialista.

Um processo desta natureza, com a complexidade acrescida que o momento da refiliação introduziu e com a necessidade de adequação dos métodos de trabalho e de estrutura à nova legislação sobre os Partidos Políticos, é naturalmente um processo em construção.

Como tal, é óbvio que não está isento de falhas e insuficiências, que o tempo e a atitude crítica de todos os militantes e estruturas ajudaram a melhorar.

Os contributos entretanto recebidos, de que alguns se destacam pelo calor e entusiasmo das propostas e sugestões, e que está a ser objecto de resposta individualizada, devem ser entendidos como instrumentos de aperfeiçoamento, mas que não podem desvirtuar um modelo que se revela como essencial no esforço de modernização do Partido.

Os novos montantes das quotas, eles próprios sujeitos ao mesmo processo de validação, correspondem a uma actualização mínima indispensável, e após muitos anos sem qualquer espécie de adequação.

A preocupação de respeitar diferentes capacidades financeiras dos militantes, nomeadamente através da introdução da quota de solidariedade, de valor mais reduzido, poderão acrescentar-se outras medidas que a experiência vier a aconselhar, no sentido de assegurar que nenhum militante deixe de o ser apenas em função do montante da quota.

É no entanto imperioso que cada um de nós entenda e assuma que o funcionamento ganhador do Partido só será garantido se o empenho que temos colocado ao nível da militância política se estender e alargar ao cumprimento de todas as obrigações estatutárias.

Em conjunto continuaremos a afirmar o Partido Socialista como a alternativa de que Portugal necessita.

A partir de agora, o Acção Socialista manterá, enquanto os militantes entenderem necessário, uma coluna dedicada a esta questão. Coloque-nos as suas dúvidas. Dê-nos as suas opiniões.

**ATENÇÃO**  
ATÉ AO DIA 31 DE MAIO,  
AS QUOTAS  
AINDA PODEM SER PAGAS  
POR MULTIBANCO

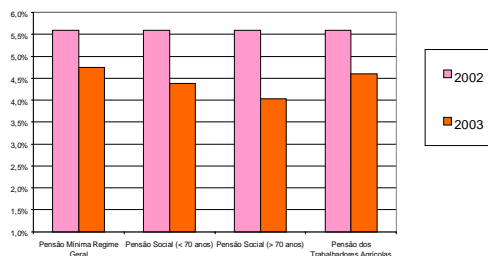
### O «ACÇÃO» ERROU

Na página 22 da edição de 22 de Abril foi publicado por lapso o nome de José Ribeiro Fernandes em vez de José Rio Fernandes como integrando o Secretariado da Federação Distrital do Porto, facto pelo qual pedimos desculpa.

# MAIS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS

## AUMENTO DAS PENSÕES MÍNIMAS AO NÍVEL MAIS BAIXO DESDE 1994

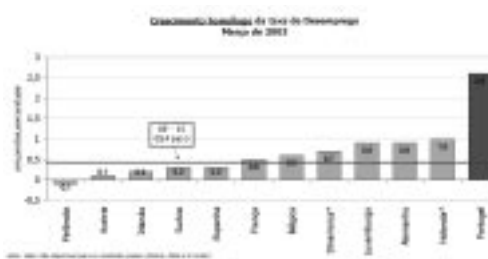
Mais uma vez o Governo não cumpriu as promessas que fez aos portugueses. Prometeram crescimentos de pensões como nunca, no passado. E o que fizeram? Começaram por dividir o aumento das pensões mínimas em dois, um em Dezembro, outro em Junho. Mas bem vistas as contas, tudo somado, os aumentos são inferiores aos do ano passado. E mais, a pensão social e a pensão dos rurais nunca tinham tido um aumento tão baixo desde... os anos de 1994 e 1995



## DESEMPREGO CRESCE SEIS VEZES MAIS DO QUE NA UNIÃO EUROPEIA

Segundo o Eurostat, em Março, a taxa de desemprego em Portugal disparou para 7,0%, estando a aproximar-se dos valores médios da União Europeia (7,9%).

Portugal registou o maior aumento da taxa de desemprego (2,6 p.p.), em comparação com o mês homólogo do ano anterior: quase seis vezes mais que na União Europeia.



SUGESTÕES

POR LUIZ FAGUNDES DUARTE

## NATÁLIA CORREIA, ENTRE FRONTEIRAS

A recente guerra do Iraque – e também a total falta de entendimento do que seja uma outra cultura, que os americanos tão claramente demonstraram no terreno, no meio das gentes, dos locais e da História – veio reavivar uma velha dúvida, mantida em formol por alguns laivos do complexo ainda não resolvido de colonizador/colonizado: a dúvida de se saber onde acaba a Europa e começa a América – isto, é claro, em termos culturais, já que em termos geológicos a fronteira fica algures ao largo da ilha das Flores, com esta ilha, mai-la sua vizinha Corvo, já solidamente instaladas em plena placa americana, muito para lá da crista média do Atlântico. Mas como os descobridores das ilhas atlânticas desde logo entenderam que elas eram nove (no século XV ainda se desconhecia o que fosse isso das placas geológicas...), os Açores são, no seu conjunto, a derradeira fronteira entre a Europa e a América – sendo a última parcela da pátria europeia que os navegadores tocavam



quando partiam para o Novo Mundo, levando consigo as raízes do Velho, e a primeira que avistavam no regresso a casa, trazendo nos olhos as notícias do Novo.

A gente sabe isso, mas nem sempre o entende. Por exemplo, Natália Correia só descobriu que era europeia aos vinte e oito anos de idade. Estávamos então no início da década de cinquenta, e Natália Correia passeava-se pelos Estados Unidos da América onde se ia confrontando com "uma visão de contrastes e de agressivos antagonismos" que de tal modo lhe feriram as raízes culturais que, repentinamente, obteve a revelação de que, afinal e vendo-se de longe, ela era mesmo europeia: nas suas próprias palavras, "os laços temperamentais que a prendiam à família europeia, deixaram de ser líricas aspirações para se fundirem no aço de um deliberado amor". Desta revelação viria a nascer um grande livro de reflexão, representativo de um momento fundamental no percurso desta

mulher que marcou a vida cultural portuguesa da segunda metade do nosso século: esse livro traz por título *Descobri que era Europeia* (1951), e dele existe uma edição recente.

Seria bom que o lessem todos – aqueles que por causa do Iraque de repente descobriram que são americanos, os que não menos de repente descobriram que são europeus, e aqueles que perceberam, como Natália Correia, que o que melhor nos define ainda é o Atlântico da fronteira:

Andam palavras na noite  
Cansadas de me chamar.  
Trago os meus lábios salgados  
E algas no paladar.

Eu sou um grande oceano  
Que só fala a voz do mar!  
Mas já sinto o mar cansado  
De pedir o luar ao céu  
Que a Noite não lhe quer dar!

[1947]

O Atlântico onde, nas nossas praias, ainda nos séculos IX-XI, terminava o imenso império dos califas de Bagdade, que se estendia desde o Sueste asiático até à actual Lisboa. Seria bom que lessem igualmente aquele belo livro de Natália – todos os que sabem que os conceitos de "cultura" e de "civilização", tal como hoje os entendemos e como Camões também no-lo recordou, tiveram origem por entre os rios da velha Babilónia. Aquela Babilónia onde, um dia, a muito europeia Natália Correia entrou por este andar:

### Na Babilónia

Seguindo um rumo de palmeiras  
alinhadas na margem do Tigre  
cheguei às portas de Ishtar.  
Leões de pedra abriram alas  
e a deusa deixou-me entrar.

Bagdade, Julho de 1884

Acção  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvano Gomes da Silva silvano@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal  
ou para accaossocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o